

Projetos Urbanos Contemporâneos

Nadia Somekh

Acabamos de assistir à apresentação da Prefeitura de São Paulo do conjunto de Operações Urbanas Diagonal Norte/Sul previstas na Reunião do Plano Diretor em debate na Câmara Municipal. Em dezembro de 2008 perguntávamos na Conferência realizada em São Paulo do Urban Age, por que São Paulo não apresentava grandes projetos urbanos como nas outras grandes metrópoles?

Levantamos algumas hipóteses para responder a essa questão. Em primeiro lugar por que ainda não existem instrumentos de gestão metropolitana para articular municípios e definir novas centralidades. Também inexistem instrumentos de gestão urbana que consigam articular interesses privados para construção de espaços públicos de qualidade e ainda, instrumentos financeiros que permitam a inclusão social. A grande desigualdade social, apesar dos programas de redistribuição de renda federais permanece como marca das nossas cidades.

Como as grandes cidades no mundo tem tratado essa questão? Alguns elementos recorrentes podem ser ressaltados na experiência internacional de projetos urbanos. No caso de Puerto Madero, em Buenos Aires, assinalamos a importância da criação de uma entidade administrativa público-privada para a implementação do projeto. Além disso, destaca-se a recuperação do patrimônio histórico constituído pelos antigos armazéns, a preocupação com a questão ambiental concretizada na implementação de parques, com jardins e espaços públicos generosos. A busca de um programa com a definição de atividades, bem como do uso residencial, também tem seu exemplo na operação do Parc Citroën, no XV^{ème} arrondissement, em Paris, o qual, além da implementação de um parque na área deixada pela indústria automobilística, define atividades do terciário avançado e a mistura de classes sociais na definição do uso residencial.

Essa característica – bem como a definição de uma entidade administrativa central – está presente em todas as operações francesas, que têm no poder público grande agente coordenador e impulsionador, por intermédio de pesados investimentos para alavancar os bons resultados dos projetos propostos.

Nas experiências de Bilbao e na região de Milão, a questão econômica regional é encarada de forma diferenciada. Na primeira, a reconversão industrial exigiu do poder público um esforço de criação de inúmeras entidades de planejamento voltadas para a atração de investimentos (Abascal, 2004). Na segunda, a Agência de Desenvolvimento Milão-Norte, sem a entidade metropolitana, desenvolveu projetos urbanos de resultados voltados a um desenvolvimento endógeno.

Em Bilbao, é emblemática a implantação do Museu Guggenheim como “âncora cultural”, assim como, em Milão, o projeto Pirelli da Bicocca do Teatro Scalla 2. Neste caso, a fábrica da Pirelli ainda mantém 10% de sua produção na área, as residências dos trabalhadores foram preservadas, por se constituírem patrimônio histórico recente, e a implantação de uma unidade universitária, com foco na inovação tecnológica, completa a produção de empreendimentos residenciais para estudantes e a população de diversas faixas de renda.

É interessante destacar a atuação da prefeitura de Sesto San Giovanni, na região do Norte de Milão, que tem 70% de sua área esvaziada de produção industrial (incluindo parte dos domínios da Pirelli). O esforço dos quadros do município, apoiados pela Agência Nord de Milão, obteve êxito na reconversão de grandes plantas de siderurgia, como a Falck e a Breda, em pequenas e médias unidades produtivas, devido a um esforço de negociação com os sindicatos, resultando na capacitação para o empreendedorismo dos trabalhadores desempregados das grandes unidades metalúrgicas.

Não só em Milão, como também em Londres, na experiência de Docklands, a participação da iniciativa privada, em larga escala, nos empreendimentos imobiliários, só se realiza na medida da implantação de linhas de transporte que criaram uma centralidade, ampliando a acessibilidade para o centro. No caso de Milão, uma linha com apenas duas paradas une a nova centralidade ao norte com o centro da cidade. Em Docklands, a linha Jubilee, implantada em 2000, reafirma o sucesso imobiliário de um projeto anteriormente considerado fracassado, permitindo sua posterior expansão.

Em síntese, os elementos recorrentes apontados pela experiência internacional incluem uma unidade de gestão centralizada, a importância nuclear da questão dos transportes gerando as chamadas novas centralidades, a existência de âncoras culturais, bem como de ambientes ou setores voltados para a inovação tecnológica, além do investimento na ampliação da qualidade dos espaços públicos oferecidos à população. Acrescente-se a essa receita a frequência com que projetos arquitetônicos de grife são encontrados no espaço dessas mesmas experiências, com alguns nomes recorrentes, como Cesar Pelli, Norman Foster, Jean Nouvel, dentre os mais procurados.

Portanto, apesar de ser louvável a iniciativa da Prefeitura de São Paulo, a partir do que foi discutido na Conferência do Urban Age ainda faltam, grandes investimentos em transporte de massa, elementos de gestão metropolitana, de gestão urbana e financeira para transformar São Paulo numa metrópole contemporânea.

Desafiando Niemeyer. A preservação como projeto.

Carlos Eduardo Comas

Discussão da preservação do patrimônio arquitetônico e urbanístico moderno como projeto de reforma que ganha contornos peculiares quando o autor do projeto original é chamado a intervir na própria obra, com particular atenção aos casos do Grand Hotel de Ouro Preto e do Conjunto do Ibirapuera.

Arquitetura em rede: desafios e perspectivas

Bruno Roberto Padovano

Num mundo que se globaliza cada vez mais e se re-organiza a partir do uso intenso da internet e outras ferramentas das telecomunicações avançadas, a arquitetura supera seus tradicionais referenciais locais e abrange novas dimensões territoriais e temporais. A transformação dos escritórios tradicionais em redes abertas de cooperação entre profissionais e escritórios/empresas de arquitetura, determinadas por oportunidades profissionais que vem surgindo em países e até continentes diferentes, permite vislumbrarmos um novo futuro para a profissão, desde que saibamos operar nessa nova realidade sem perder o controle sobre o processo de projeto, complexo por natureza e de imensa responsabilidade social e cultural. A palestra visa apresentar uma experiência realizada a partir do conceito do projeto desenvolvido em rede, com a elaboração de trabalhos no Brasil e na China, ao longo da última década, com inovações na comunicação como a narrativa literária associada ao projeto sustentável.

Roteiro da palestra:

- Transformações na comunicação na Era Digital e da Sustentabilidade
- Conceitos de Rede: descentralização, co-autoria e participação no projeto aberto
- A experiência da Padovano Arquitetura em Rede
- Dificuldades e potencialidades emergentes.

Reconversão: Conselho Regional de Medicina da Paraíba integra tradicional Clube Social desativado

Gilberto de Almeida Ferreira Guedes

Nossa atuação neste Projeto teve início ainda no processo de escolha do local para sua construção em 2002, quando realizamos estudos de viabilidade para o Conselho adquirir a área de um tradicional clube recreativo construído nos anos 60, a Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) que foi palco de importantes eventos sociais e culturais da cidade até sua desativação em meados dos anos 1980, quando entrou gradualmente num processo de descaracterização e deterioração.

Exemplar representativo da segunda geração do movimento moderno na Paraíba, a edificação apresentava 1900,00 m² de área construída num terreno de quase 5 mil m² bem localizado no centro expandido de João Pessoa, configurando um vazio urbano de grande potencial, pela sua articulação com as infraestruturas existentes e a concentração de serviços médicos na região.

Após efetuar análise e prospecções na edificação, juntamente com o escritório de Cálculo e Recuperação de Concreto Armado (Tecnon), decidimos por elaborar um Projeto de Reabilitação e Ampliação da estrutura original, remanescente das Intervenções do Arquiteto Leonardo Stuckert, incorporando neste novo uso parte da memória recente da cidade que não tinha ainda mecanismos adequados de proteção para obras deste período.

O Programa estabelecido pela Diretoria do Conselho incluiu a criação de um Centro Cultural aberto à população, com um setor de pesquisa, um Museu para a memória da Medicina no Estado, um Auditório e um espaço para exposições temporárias, além da aquisição de obras de arte em escultura, pintura e mural, a se integrem ao conjunto.

Estabelecemos na intervenção três linhas básicas para apoiar as ações do projeto: a eliminação de bloqueios visuais e físicos para aumentar a integração com o entorno; a potencialização dos ambientes representativos existentes e a melhoria da eficácia energética da Edificação empregando recursos simples e tradicionais, como o uso de ventilação cruzada em vários ambientes; novas aberturas nas fachadas para melhoria da iluminação natural; sombreamento destas aberturas com marquises e beirais, e a captação das águas pluviais para reuso.

A forma em “L” da planta existente é reforçada para preservar o pátio frontal formado por dois blocos originais, que passam a funcionar com independência. No primeiro, o Centro Cultural e Auditório ocupam e ampliam a área do salão de jogos, recebendo uma marquise metálica leve que percorre toda sua extensão, desde o acesso principal (sul) de pedestres, na Av. Dom Pedro II, até encontrar-se com o 2º bloco, havendo uma transição de escala para um pórtico que filtra a luz e se eleva na fachada, marcando o acesso às dependências próprias do Conselho. Nele, o antigo *dancing* passa a funcionar como um grande saguão, espaço flexível com altura de 9m, em torno do qual se articulam as demais atividades em dois pavimentos na forma de mezanino, com esquadrias de madeira e vidro, que permitem uma controlada visibilidade.

Dada a limitação do orçamento, procuramos usar técnicas e materiais que melhor se adequassem a cada parte da intervenção, incluindo estruturas convencionais de concreto no Setor do Auditório e Centro Cultural, aço e argamassa armada na marquise lateral de 40 m de extensão; aço, policarbonato e madeira no pórtico de acesso, e lajes de concreto protendido para os maiores vãos da zona administrativa, representando no conjunto um acréscimo de 550.00 m² de área.

Todos os ambientes são acessíveis, por um sistema de rampas, circulações e escadas, destacando no saguão de acesso, a rampa que leva ao mezanino, calculada para ter seu patamar intermediário na cota do foyer do Auditório, permitindo o escalonamento decrescente dos assentos até o nível da circulação externa do acesso sul. O pátio da fachada sul tem entrada de veículos eventual e controlada, funcionando como “sala aberta”, onde se estendem no verão, eventos do Centro Cultural, Auditório e Saguão principal. O principal estacionamento de veículos tem acesso pela Avenida Camilo de Holanda, na porção norte do imóvel e está

arborizado com espécies típicas das áreas públicas centrais, como Ipê amarelo e Cássia, que marcam a imagem da cidade, na floração. Nesta área, originalmente ocupada por piscina e quadras esportivas, existia uma construção linear que foi transformada em bloco técnico.

Na materialização, a luz natural passa a ser elemento de primeira ordem, agindo de forma difusa nos interiores, evitando reflexos molestos e contrastes de claridade excessivos. As alvenarias e estruturas metálicas têm cor branca, havendo a interferência de diferentes matizes aportados por materiais naturais utilizados na construção, como a pedra itacolomy do norte, o mármore travertino fosco, as pedras portuguesas nas cores brancas e preta, e a madeira Ipê, presente nas esquadrias internas e brises do pórtico.

Trabalhos de artistas de expressão estão integrados nas áreas públicas, como a escultura “Xamã”, em cerâmica esmaltada, de autoria de Miguel dos Santos; o tríptico em pintura acrílica de 3.00 x 5.40 m, e o painel cerâmico de 1.40 x 7.00 m, de autoria de Rodolfo Athayde. Desenvolvido especialmente para o pátio frontal e denominado de “Barocco”, este painel ornamental utiliza, numa linguagem contemporânea, módulos com formas de conchas, volutas e grafismos nas cores amarela e azul, tendo como base elementos presentes na azulejaria barroca do Convento Franciscano de Santo Antônio, um dos mais importantes monumentos arquitetônicos da cidade.

Palavras-chave: Metamorfose, Memória e Reversão

As vicissitudes da arquitetura e a demanda por novos saberes

Anália Maria Marinho de Carvalho Amorim

Ciro Felice Pirondi

A principal mudança que se dá na Arquitetura nessa passagem de século é a mudança de ótica diante da relação Arquitetura e Natureza. Não temos compromisso com os erros e as ilusões, também frutos da busca do conhecimento e por isto a necessidade de estarmos alertas. Interessam-nos as soluções arquitetônicas que concebam espaços inseridos no cosmos que os rodeia, interagindo com a matéria física da qual são feitos, tentativas de síntese da nossa condição terrestre e da nossa condição humana.

O grande desafio do início do século XXI é a criação da cidadania terrestre. Uma cidadania que incentive, assegure e favoreça as diversidades. Diversidades estas que se inscrevam na unidade, no entrelaçamento indissociável dos destinos individuais, sociais e históricos a que somos sujeitos e submetidos.

Vivemos hoje um privilegiado momento em que as inerentes necessidades da Arquitetura se assemelham com a ética da compreensão planetária. São estes os novos, todavia conhecidos, saberes os quais teremos que sintetizar na criação dos nossos edifícios, das nossas cidades.

Talvez tenhamos que nos libertar da ilusão de prever o destino do homem. O conhecimento dos condicionantes econômico-financeiros, sociológicos, tecnológicos não dá conta da posição incerta e instável do comportamento terrestre tampouco do comportamento humano. Isto poderia nos propiciar uma profunda revisão da idéia de projetar, numa tentativa de compreender as relações da ordem, da desordem e da organização.

É neste mar, de navegação tão imprecisa, que obras arquitetônicas como as produzidas pelos Mestres Lúcio Costa, João Filgueiras Lima, Armando de Holanda, Acácio Gil Borsoi, Severiano Porto, Zanine Caldas – num cenário inicialmente brasileiro, mas facilmente ampliável no tempo e no espaço– nos servem de pedra de toque na busca de novos saberes.

São obras repletas de riscos e precauções e imbuídas de uma ética que as fazem pontos de apoio para futuros do indicativo: cuidar da Arquitetura como uma síntese da produção do abrigo do homem como indivíduo, como sociedade e como espécie, num planeta em que a Terra é uma Pátria em perigo.

Não estamos sós nesta constatação e isto nos redime de sermos o salvador da Pátria, mas não nos isenta de sermos co-participes.

À luz da obra desses Mestres, podemos afirmar que a forma de pensar e gerar saberes que nos diz respeito no século XXI é a que dialoga abertamente com a natureza desenhando a matéria e a forma que lhe resistem, fruto da peleja entre a lógica e o empirismo, entre o embate das idéias respaldadas de argumentos e tentativas. Uma racionalidade que tem como ponto de referência o ser humano, pleno de subjetividade, afetividade e mistérios. Uma racionalidade crítica e autocrítica, capaz de habitar qualquer indivíduo do Planeta.

Interessam-nos os saberes que não nos aprisionem nos conhecidos paradigmas sobre a relação homem/natureza, ou seja, o que inclui o homem na natureza e lhe reconhece a natureza humana e o paradigma que os separa, considerando humano aquilo que por exclusão não é natureza. Interessam-nos os saberes que trabalham sobre a imbricada relação entre o natural e o cultural, entre a matéria e a forma, entre a liberdade e o determinismo, entre a existência e a essência, entre o inesperado e o possível.

Saibamos, a exemplo do sábio Edgar Morin “esperar o inesperado e trabalhar pelo improvável.”

Talvez tenha sido agindo assim que, com a experiência de cinco anos participando da reformulação e direção do curso de Arquitetura da Universidade Braz Cubas, um grupo de jovens arquitetos decide em 1996 desenhar o projeto de um novo curso de arquitetura que atendesse às exigências do MEC, mas completamente livre e

independente na sua estrutura pedagógica e administrativa. Uma cooperativa de profissionais liberais. Nascia assim a Escola da Cidade.

Constituída por uma Associação sem fins lucrativos, com o objetivo de formar arquitetos/urbanistas, capazes de criticar e transformar a realidade, divulgando o conhecimento produzido e influenciando na melhoria da sociedade.

Após cinco anos da entrada do processo, o MEC nos concedeu a licença de funcionamento e em 1º de abril de 2002 iniciamos as aulas com cinquenta alunos, três funcionários e doze professores. Uma atitude com a necessária “irresponsabilidade”, em um espaço próximo a uma ruína, e a coragem dos alunos e pais crentes em nosso projeto.

Hoje com três turmas formadas, o reconhecimento do MEC, duzentos e sessenta alunos, mais de cem associados, um curso de pós-graduação – *lato sensu* – em desenvolvimento, alcançamos, talvez, 30% do nosso sonho e dos projetos internos em constante desenvolvimento.

O Conselho Pedagógico é sua espinha dorsal. Formado pelos representantes dos anos e dos Núcleos, somos dezoito professores e mais dez alunos a definirem o projeto pedagógico e os rumos da Instituição. Com reuniões quinzenais, onde o principal exercício é disciplinar com serenidade os vinte e oito egos, discutimos e analisamos o trabalho em andamento e as novas propostas. O projeto, que há meses estudamos, de incluir um sexto ano no curso foi implantado a partir deste ano de 2010. Seguimos aprofundando o estudo da interdisciplinaridade, questão urgente na pedagogia contemporânea.

Não há departamentos em nossa estrutura, e sim, dois coordenadores por ano que além de coordenarem seu ano são representantes de uma das cinco seqüências disciplinares.

Por sermos apaixonados pelo futebol, nossa grade curricular é formada por um primeiro e um segundo tempo. No primeiro, das 14 às 17h00 o time dos estudantes assiste às aulas específicas. No segundo tempo, no Estúdio Vertical, estudantes do segundo ao quinto anos discutem e projetam um tema único de Projeto até às 20h30min.

Se a Arquitetura é uma arte de fronteiras, margeando outros conhecimentos, é fundamental ao arquiteto o conhecimento de outras áreas. Para tanto, instituímos como disciplina, às quartas-feiras, o Seminário de Cultura e Realidade Contemporânea, com temas entre filosofia e literatura; futebol e carnaval; biologia e astrofísica, que passam a fazer parte da formação obrigatória do estudante.

Os seminários são filmados e alguns transformados em livro de bolso pela Editora Hedra, com valor de venda acessível.

A Escola foi pensada, não para a nossa sobrevivência, mas para nosso prazer. Inventamos sempre novas alternativas.

A Escola Itinerante, talvez seja a mais bela delas. Parte integrante e fundamental do currículo, não representa um custo extra ao aluno. Viajamos com todos os estudantes pelo Brasil e América Latina duas vezes ao ano.

Acreditamos na itinerância do ensino de Arquitetura. Professores residentes em cada região visitada recebem nossos estudantes, ministrando aulas e acompanhando-os nas visitas, previamente programadas. Toda a viagem é guiada através de um Caderno de Viagem entregue ao estudante e por ele complementado.

A Escola Itinerante é aberta aos interessados de outras escolas, e é também um momento de alegria, desmistificando posturas e aproximando alunos e professores fora do espaço escolar.

A relação da Escola com a cidade se fez desde a escolha do nome “Escola da Cidade”, tanto quanto a implantação da sua sede na área central da metrópole de São Paulo, onde está o principal desafio contemporâneo de nossas reflexões como arquitetos.

Por sermos uma Faculdade de Arquitetura e não possuímos a estrutura de uma universidade, criamos os Núcleos de Aplicação (extensão), o de Pesquisa e o de Tecnologia.

Convênios com ONGs, Fundações, Governos e Associações permitem trabalhos nessas áreas, onde nossos alunos, sempre quando possível, atuam pelas manhãs, sendo remunerado e podendo colaborar na manutenção dos seus estudos.

Ao longo dos treze anos de existência da nossa Associação, através de seus Núcleos, dos quais a Escola é um deles, vem desenvolvendo trabalhos, aperfeiçoando metodologias e realizando projetos, juntamente com seus parceiros, para responder aos grandes desafios impostos pela cidade e à busca de novos saberes.

Pilotis, parangolés & outras metaterritorialidades

Pedro Manuel Rivaben de Sales

O quê é que na cidade não se enquadra em cada um dos pólos da divisão formalidade/informalidade, embora pertença aos dois? Que aciona mecanismos de proximidade e semelhança, ao mesmo tempo em que marca oposição? Que é precário e produtivo? E se isso existe, qual a noção e as escalas que lhe correspondem? O solo urbano, afinal, é dobra e plano, topografia e cadastro, que permeia cada e toda parte cidade, e modula os processos de ocupação e distribuição de valores. Mas, daí, como captar e provocar as transformações materiais e expressivas no desenho e usos do solo que impliquem uns intervalos fecundos entre o formal e o informal no território contemporâneo? Que idéias podem ajudar a mapear o relevo e traçar as linhas de agenciamento mais abertas e menos pré-identificáveis a modelos? A noção de **metaterritorialidade** talvez ajude: em pressuposição com o fato de (des)territorialização remeter à (in/e)stabilidade, ela fala de graus mínimos de organização das situações e disposições. Terreiros: é disso que trata essa brevíssima exploração.

Formal e informal são palavras larga e consensualmente utilizados quando o tema é o comércio urbano, mas, sobretudo, quando o discurso é referido à própria cidade, a sua divisão e separação social, a sua estruturação territorial, a sua disposição fundiária. Neste caso, formal e informal, implicando o par incluído/excluído, constituem quase categorias, modos de ser incontornáveis dela (pelo menos nas condições historicamente dadas). A favela e alfaville (Jaques, 20030): realidades incomensuráveis, nitidamente distantes, mais em termos sociológicos, econômicos e urbanísticos que propriamente físicos, espaciais. Até coexistem vizinhas, mas não convivem: a não ser por uma relação de exploração. Ou de barganha. O que dá no mesmo.

É verdade que 60% do parque imobiliário das cidades brasileiras é irregular, alheio a regimes cadastrais e marginal a regulações urbanísticas. Assim informalidade, irregularidade e ilegalidade caminham juntas no mapa de distribuição de grande parte da população urbana brasileira e suas atividades. Medidas urbanísticas, tributárias e jurídicas mais ou menos (in)consequentes, mais ou menos participativas ou tecnocráticas, mais ou menos autoritárias, mais ou menos abrangentes alternam-se nas principais cidades, sem, no entanto, alterar o duradouro e recorrente quadro da divisão sócio-territorial. Então, à parte do mercado, do estado e da academia, — estando eles alinhados dois a dois, à direita ou à esquerda —, é através das brechas ou fendas que existem e/ou se abrem sucessiva e intempestivamente entre as três instâncias — e, sempre, a despeito delas —, por onde fogem, escoam e se multiplicam os fluxos da vida coletiva e da formação das subjetividades em variação contínua.

Nas antigas concepções do ser só havia o estável e o instável, o movimento e o repouso; a **metaestabilidade**, rica em potenciais ou devires, não lhes era conhecida. Assim proposta, a concepção do ser não repousa sobre a unidade de identidade, mas, antes, sobre a unidade transdutora. *Isso quer dizer que o ser pode se defasar nele mesmo, transbordar-se de um lado e de outro de seu centro [...] e não um constituir-se modelo que esgotaria sua significação consoante uma sucessão que seria sofrida por um ser primitivamente dado e substancial* (Simondon, 1964). Retomando Deleuze (2004), o corpo em devir, em intensidade, como potência de afetar e de ser afetado, é antes de tudo, *corpo afetivo, intensivo, anarquista, que só comporta zonas, limiares e gradientes*. Ou como sugere Sauvagnargues (2004) a propósito: esse corpo em devir ressoa *um sujeito larvar, uma massa material capaz de suportar grandes modificações, um tecido informal suscetível de atualizar um grande número de formas*; comportando movimentos, dobras e tensões, ele indica *dramatizações espaciotemporais, diferenças locais*. Materialidade virtual a se atualizar; matéria intensa e não formada que ainda não se configurou enquanto composição estável, e que apresenta, portanto, um coeficiente mínimo de organização e, por isso mesmo, aberta e resistente a *movimentos sistemáticos, escorregamentos, torções que só o embrião (ou o espaço-esboço) pode suportar: o adulto (o espaço-acabado) sairia dilacerado* (Deleuze, 2006). Dilacerando potencialidades de vida.

Então, para a cidade contemporânea, a questão que se coloca é: quanto, quando ou onde os movimentos (se) desterritorializam, os agenciamentos (se) decodificam, os corpos (se) desorganizam, sem, no entanto, desaparecerem ou se destruírem? Mesmo porque *“desfazer o organismo nunca foi se matar, mas abrir o corpo*

a conexões que supõem todo um agenciamento... É necessário guardar o suficiente do organismo para que ele se reforme a cada aurora" (Zourabichvili, 2004).

Uma resposta produtiva poderia ser **terreiro**: terra de ninguém — não tem dono e não tem forma acabada — e terra de todos — usufruída de modo coletivo e contingente. **Metaterritorialidades** transdutoras entre o público e o privado, o sagrado e o profano, o exterior e o interior, o aberto e o construído. Espaço-esboço, sóbrio, carente de composição estável ou significado a priori, seu grau de ordem é mínimo. Descarregada da conotação rural (produtiva e festeira) ou sacra (oficial ou clandestina), arcaizante, simbólica ou mítica, tal figura admitiria uma nova acepção ou *atualização urbana*? Como talvez possa ser entrevisto em torções artístico-arquitetônicas da dicotomia formal-informal (os casos do parangolé HO e do vão livre do MASP são formidavelmente fecundos), não só parece que sim, mas que cabe expandi-la sintática e pragmaticamente, isto é, como condição de possibilidade construtiva e programática coerente com a indeterminação e imprevisibilidade de novos agenciamentos em devir.

Grau zero de forma e substância, onde a ambigüidade, a ineficácia e a desobediência constituiriam paradoxais protocolos de acesso e catálise de relações imprevisíveis, dissolvendo os limites, barreiras e fronteiras político-espaciais, o terreiro pode também significar *desmanchamento de certos mundos - sua perda de sentido - e a formação de outros* (Rolnik, 2004). Portanto, o que nele ou dele passa a importar para a arquitetura e o urbanismo é a constituição sempre renovada de espaços larvares, espaços-esboços de incubação e atualização de novas potencialidades. Tudo isso, como dupla captura ou desvio, isto é, como encontros ou conexões transversais de objetos heterogêneos, *"parciais", eles próprios capturados, desativados ou desviados* para serem utilizados para outros fins, que não preexistiam anteriormente, mas que só nascem em sua própria efetuação (Sales, 2009).

Arquitetura e Sustentabilidade: os riscos da onda verde. Reflexões sobre a retórica ambiental nos concursos de arquitetura.

Fabiano Sobreira

O que é exatamente uma arquitetura sustentável ? Uma arquitetura verde tem o mesmo significado de uma arquitetura ecológica ? Um edifício eco-eficiente é também um edifício de mínimo impacto ambiental ? Nesta breve seqüência de questionamentos utilizamos pelo menos cinco terminologias diferentes para expressar variações de um mesmo conceito. De fato, o discurso em torno de práticas ambientais, verdes, ecológicas ou sustentáveis (termo que varia conforme a “linha retórica” – nem sempre teórica - escolhida) definitivamente já entrou no universo da arquitetura. Podemos atribuir uma parcela dessa “**onda verde**” a uma preocupação coletiva crescente com o meio ambiente, motivada e estimulada por uma crise ambiental e energética que parece nova, mas que é cíclica, e também por preocupações mais objetivas, como a economia de recursos. Mas outra relevante parcela - e talvez a mais forte - está relacionada ao interesse político e mercadológico nos “eco-produtos”, e a arquitetura tem sido inserida como mais uma linha de produtos na prateleira. No meio desse turbilhão de imagens, conceitos, produtos e propagandas, surge uma inquietação: como os projetos de arquitetura têm sido prescritos, apresentados e avaliados, no contexto dessa “onda verde” ? Trata-se de uma questão complexa, que pode nos conduzir por caminhos disciplinares e interpretativos os mais diversos. Para abordar uma das possibilidades analíticas sobre a referida questão, lançamos neste ensaio um olhar sobre uma das formas de prática projetual da arquitetura que mais dependem do discurso escrito: os **concursos de projeto**. Por se tratarem de procedimentos públicos e formais em torno da prática projetual, onde o discurso escrito e a retórica são instrumentos fundamentais de diálogo e convencimento entre as partes envolvidas, os concursos – além de importantes instrumentos para a promoção da qualidade na arquitetura pública - têm se consolidado como objetos de estudo em potencial, sobre os novos saberes arquitetônicos, sobre a prática e a teoria do projeto e sobre as intenções e conceitos que estão em jogo.

Transição de paisagens na arquitetura do jardim

Ana Rita Sá Carneiro

A paisagem urbana brasileira, de uma maneira geral, tem mostrado mais uma grande concentração de construções com alto gabarito, e menos espaços vegetados, como parques, praças, unidades de conservação enfim os jardins urbanos. A aglomeração na paisagem está posta a desafiar os condicionantes ambientais e históricos do sítio, assim como os limites espaciais, temporais e psicológicos da convivência humana. A paisagem é mais uma consequência de ações apressadas procedentes de compromissos políticos e econômicos e da luta pela sobrevivência. Nessa luta de forças, o saber profissional é superado pela competição na oferta de trabalho e o planejamento não consegue fazer previsões que garantam e possam sustentar a construção de uma paisagem urbana sustentável em que as características físicas do sítio constituam o ponto de partida. Na verdade, a paisagem é um item que merece grande reflexão porque na sua essência, ela é inerente e não imposta, ela é invenção cultural da esfera da sensibilidade e não do estrangeiro. A noção de paisagem parte dos sentidos e se estabelece a partir de um sentimento de admiração, de beleza, de arte, de espiritualidade e especificidade que é inerente ao fato de existir como parte de um sistema de elementos vivos. Não é algo de fora é algo de dentro. Segundo Berque no texto 'Cinco proposições para uma teoria da paisagem' de 1994, uma civilização paisagística é aquela que adota os seguintes critérios: faz uso de uma ou várias palavras para dizer "paisagem"; tem uma literatura (oral ou escrita) descrevendo paisagens ou cantando sua beleza; tem representações de pinturas de paisagens e tem jardins de embelezamento. A palavra paisagem ainda é muito pouco utilizada no nosso vocabulário, apesar de ter transitado bastante nos discursos do paisagista Roberto Burle Marx e nas poesias do engenheiro Joaquim Cardozo no Recife dos anos 30. Foi naquele momento que os jardins fizeram parte integrante do planejamento da cidade e legitimaram a paisagem dos ecossistemas brasileiros nas praças de Casa Forte, Euclides da Cunha, Derby e República, tratadas como obras de arte. Isso sem esquecer o projeto do traçado sanitário de Saturnino de Brito que indicava áreas propícias à implantação de parques e corredores verdes. No ano de 1976, o arquiteto Armando Holanda escreve no seu livro 'Roteiro para se construir no Nordeste', no item 'Conviver com a natureza': "não permitamos que a paisagem natural – que já foi continua e grandiosa – continue a ser amesquinhada e destruída" e ainda dentro de sua visão sistêmica "utilizemos generosamente o sombreamento vegetal fazendo com que as árvores dos jardins, das vias, dos estacionamento, das praças e dos parques se articulem e se prolonguem pelas praias e campos". Ainda fala dos quintais e do caráter selvático e agigantado da natureza nos jardins de vegetação brasileira que é transbordante, inspirando-se no pensamento do paisagista Roberto Burle Marx quando diz que o jardim é concebido a partir da compatibilidade ecológica e estética para gerar uma expressividade enorme a partir de associações artificiais. No seu texto, cita três vezes a palavra paisagem.

Parece que houve um grande distanciamento desses princípios de compatibilidade ecológica e estética, ou seja, da relação de proximidade e continuidade para com os elementos naturais como os rios, os canais, as lagoas, os espaços vegetados, o manguezal. E, ao longo do tempo, os jardins de Burle Marx foram quase esquecidos, chegando alguns a ficarem descaracterizados. A restauração de três jardins – criados entre 1935 e 1958 – no período de 2001 a 2008, consistiu em um longo caminho de aprendizado da essência da paisagem brasileira que incorporou um novo saber arquitetônico e paisagístico de caráter multidisciplinar que substanciou o entendimento do conceito de paisagem e de jardim. A primeira experiência na Praça Euclides da Cunha, o jardim das plantas da caatinga, foi a mais desafiadora não só pelo tema do jardim, mas pelo pioneirismo e ausência de documentação do projeto original. Já na Praça Faria Neves, evidenciou-se a dimensão social e na Praça do Derby, a dimensão artística. O jardim revela suas diferentes interfaces com a história, a arte, a educação. A solicitação do tombamento de seis jardins projetados pelo paisagista no ano de 2008 confirmou a necessidade da elaboração de um instrumento educação patrimonial que também foi sendo construído passo a passo. Então o processo é de imaginação e descoberta constante. Tanto que a primeira experiência foi decisiva para sugerir a solicitação do tombamento e a realização do inventário. E a preocupação com a conservação tem mostrado que apesar do tombamento e da necessidade de definir a área de proteção rigorosa e a área de proteção ambiental, ou seja, de transição para a área não restritiva leva a pensar que a paisagem, de maneira geral, deve ter parâmetros para garantir visibilidade, permeabilidade, ventilação e apropriação do habitante,

enfim identidade. A experiência com a restauração dos jardins, também proporcionou a reflexão de que a paisagem urbana é um patrimônio porque agrega patrimônio natural e cultural, ou seja, o sentimento que justifica a forma.

Arquitetura como fato cultural

Roberto Ghione

Arquitetura são as marcas traçadas pelo homem nas paisagens urbana e rural, marcas que tendem a permanecer gravadas por tempos relativamente longos. Uma das características da arquitetura é sua condição de **permanência**: os edifícios são projetados para permanecer no tempo e no espaço. Outra é a sua condição de **transcendência**: quando um edifício assume os valores culturais de uma sociedade ou os desafia para elevá-los até um novo patamar de valoração, a própria sociedade acaba adotando esse edifício e incorporando-o ao seu acervo cultural. O edifício passa a constituir o **patrimônio arquitetônico**, circunstância que marca a consagração da arquitetura e do arquiteto. Esta situação determina o conceito de patrimônio não só como **herança**, mas também como **legado**: quando se pensa um projeto como fato cultural, está se fazendo uma oferta ao acervo cultural social. Neste ponto, as noções de arquitetura e de patrimônio unificam-se na sua definição.

A arquitetura, na sua condição de permanência e de transcendência, constitui a testemunha mais genuína da cultura de uma sociedade. Ao se considerar a arquitetura, considera-se a **cidade**, conjunção organizada de todas as arquiteturas: a cidade é a **obra cultural por excelência**. O homem, habitando em sociedade, manifesta suas grandezas e misérias na construção do espaço urbano. O arquiteto atua como agente de cultura, incorporando novas peças à complexa trama de objetos que a compõem.

Produzir arquitetura como fato cultural numa época de transição implica analisar as causas que a determinam, marcada por condicionantes que hoje assumem uma especial complexidade. A circunstância contemporânea oferece uma série de fatores que merecem consideração para interpretar o significado de produzir arquitetura no nosso contexto, que podem ser caracterizados da seguinte forma:

- 1- **Novos paradigmas**, surgidos após a crise do modelo de referência da modernidade. A circunstância contemporânea oferece uma diversidade de correntes e pensamentos referidos à arquitetura e cidade, de caráter mais crítico do que propositivo. Aquela momento de transformações e proposições foi trocado por dúvidas e incertezas após a explosão demográfica universal, a enorme produção de construções de duvidoso valor arquitetônico e a crise ecológica e ambiental que hoje ocupa o centro do debate internacional.
- 2- **Condição de periferia**, expressada na consciência de arquitetos latino-americanos, que persistem em copiar modelos europeus e americanos sem perceber as peculiaridades e riquezas do nosso contexto. Superar a consciência de periferia é um ponto de partida substancial para a produção de arquitetura com sentido de transcendência e significado cultural.
- 3- **Acelerada velocidade dos acontecimentos**, resultado da impressionante evolução científica e tecnológica dos nossos dias. A arquitetura deve assumir transformações como nunca aconteceram na história da humanidade, afetando seus processos de assimilação de conhecimentos e técnicas de produção. Esses processos não conseguem atingir um adequado período de decantação, ficando como experiências mais ou menos sucedidas que afetam o desenvolvimento das cidades e a ocupação dos territórios.
- 4- **Retração disciplinar** a partir da crise do Movimento Moderno. A disciplina perdeu seu caráter transformador. Decisões que estavam no campo da arquitetura cederam terreno a outras especialidades que determinam condições da habitação e desenvolvimento urbano. Determinadas temáticas, como a habitação de interesse social ou a grande produção de arquitetura para o mercado imobiliário, são hoje consideradas uma subcategoria, sujeitas aos "padrões do mercado" e alheias ao caráter de transcendência e significado cultural, embora constituam o maior volume construído e as que definem a imagem das cidades.

- 5- **Cidades fragmentadas e excludentes**, fruto da sociedade neoliberal que segrega grupos sociais e promove condutas individualistas. O uso do espaço público limita-se ao trânsito entre unidades autônomas e as diferenças sociais tornam-se evidentes e perigosas. A apropriação dos espaços de convivência nas cidades tende a desaparecer e os centros históricos, onde a estrutura urbana favorece esses encontros, transformam-se em objetos de consumo para turistas.
- 6- O **processo de globalização**, fenômeno do nosso tempo, possui dois aspectos que influenciam a produção de arquitetura como fato cultural: uma tendência a universalizar e uniformar culturas e processos de produção e de conhecimento; outra tendência orientada às possibilidades de remarcar e valorizar as diversidades sociais, culturais e geográficas num contexto igualitário de oportunidades de divulgação. Nesta situação, a consciência disciplinar flutua entre a alienação e assimilação de critérios de homologação e os desafios de pesquisar e se aprofundar nas características que marcam as particularidades culturais de cada lugar para integrá-las numa universalidade de meios de difusão e conhecimento.
- 7- O **aquecimento global**, conseqüência do modelo de desenvolvimento baseado na insustentabilidade e no consumo ilimitado dos recursos naturais, provoca resultados tão graves que o debate contemporâneo está sendo orientado, em caráter de emergência, para novos modelos de cidades que considerem a sustentabilidade em relação aos seus assentamentos e para uma arquitetura que incorpore as condições naturais de habitabilidade, voltando a critérios de projeção ligados às condicionantes climáticas, dos que foi afastada na confiança ilimitada nos meios de conforto artificial.
- 8- A **dialética entre arquitetura - cultura e arquitetura - negócio**, resultado do modelo de desenvolvimento baseado na economia de mercado, de base capitalista e objetivo consumista, tem relegado a arquitetura, assim como as demais expressões artísticas, da condição de produção cultural e transformado-a em objetos de consumo.
- 9- **Conflito entre essências e aparências**, resultado do divórcio entre a reflexão acerca da forma conceitual, suporte para uma arquitetura de proposição, e o predomínio das imagens carentes de sustento, produto da alienação cultural refletida na imagem da cidade.

Os temas sugeridos abrem o debate para os critérios de produção de arquitetura e a definição de conceitos de desenvolvimento urbano baseados em princípios que promovam a valorização cultural e a dignificação das condições de habitabilidade dentro das possibilidades e disponibilidades do nosso contexto social, cultural e urbano.

Palavras-chave: arquitetura, cultural

Paisagem em transição

Luiz Vieira

A arquitetura paisagística é, talvez, a mais importante e fundamental disciplina complementar ao projeto arquitetônico porquê lida com a inserção da edificação na paisagem e sua conseqüente transição. Os elementos do meio ambiente são avaliados e analisados de modo a dar suporte ao conceito de uma intervenção construída e assegurar o caráter de cada lugar.

A composição estética do espaço construído é fundamentada nos desejos, necessidades e aspirações das pessoas envolvidas e nos diversos aspectos físicos e biológicos do sítio existente. Conseqüentemente, a micro-paisagem criada por uma intervenção paisagística deve ser a síntese do complexo contexto da paisagem à qual se insere e de seus fatores sócio-econômicos e culturais.

O arquiteto paisagista deve participar do processo desde o início das discussões com os clientes, arquitetos e consultores, para que espaços externos e espaços edificados sejam pensados conjuntamente. O escopo do projeto de arquitetura paisagística é a concepção de toda área externa, que inclui, entre outros, parque aquático, decks, passeios, sistema viário, estacionamento, área esportiva, playground e vegetação.

A nossa participação em equipe multidisciplinar teve início com três grandes nomes da arquitetura brasileira que foram Acácio Gil Borsoi, Janete Costa e Roberto Burle Marx, o maior paisagista do século XX, no projeto do Parque Urbano do Curado, em 1983 e no Parque do Complexo de Salgadinho em 1986.

O PARQUE URBANO DO CURADO foi objeto de uma licitação da FIDEM com o suporte financeiro do banco Mundial e resultou em um projeto executivo com os projetos de arquitetura, urbanização, paisagismo, instalações hidro-sanitárias, instalações elétricas, iluminação, estrutura, terraplenagem, topografia, sinalização e design do mobiliário urbano. O terreno do parque, que ainda não foi construído, tem um alagado e fica próximo a Estação Rodoviária implantada em uma área planejada para expansão urbana com ênfase na indústria, serviços e habitação.

O PARQUE DO COMPLEXO DE SALGADINHO foi projetado em terreno remanescente da construção do Complexo Rodoviário de Salgadinho, nos anos 70, sobre áreas de mangue, bancos de areias e alagados tendo como resultado imensos aterros e grande impacto ambiental. Em 1986, no espaço restante de um dos anéis viários, com 20 hectares, o arquiteto Acácio Gil Borsoi idealizou uma edificação com teto-jardim, para servir de apoio turístico e de agência eletrônica da Caixa Econômica Federal a qual seria o equipamento âncora do parque que foi projetado por Roberto Burle Marx e teve Luiz Vieira como coordenador e co-autor. O parque foi parcialmente implantado em 1992.

Em 2002/2004 metade da área deste parque foi destinada a atender as necessidades do PARQUE ESPAÇO CIÊNCIA e o projeto de arquitetura paisagística foi estruturado por um complexo programa de atividades educacionais interativas, a paisagem local e o parque original do Complexo de Salgadinho, de Roberto Burle Marx. O projeto de arquitetura foi de autoria de Marco Antonio Borsoi.

A paisagem local do Parque Espaço Ciência é caracterizada por uma grande amplitude, que faz parte da área de proteção da visada da cidade de Olinda, Patrimônio da Humanidade, tombada pela UNESCO e o entorno é composto de grandes equipamentos culturais, institucionais, recreativos e comerciais, no entanto carecem de um desenho urbano que os conecte e relacione.

A composição do parque foi baseada em um conjunto de traçados que refletem o tema de cada setor e conseqüentemente definem identidade e limites. O Setor Água resgatou o espelho d'água do projeto original de Roberto Burle Marx, que não foi construído na época e acrescentou os outros equipamentos com formas sinuosas em harmonia com o desenho do mestre. O Setor Movimento foi pensado como superfícies inclinadas, de forma triangulares e com variados percentuais de taludes, que variam de 5% à 35%, propiciando ao usuário uma experiência de esforço físico para subir cada rampa. O Setor Percepção, tem muros arqueados usados

como barreira de som para isolar o barulho dos veículos do complexo rodoviário de Salgadinho e propiciar ambiência para as experiências interativas com as crianças. O Setor Terra, tem formas sinuosas e é dividido ao meio por um imenso aterro de 2 metros de altura, formando um morro artificial que além de criar um cenário “natural”, culmina numa estrutura arqueada de concreto, com teto jardim, que abriga o cenário do homem da caverna. O Setor Espaço, tem uma “pista de pouso” em asfalto, onde estão equipamentos didáticos, tais como: balão, avião e foguete.

Em outros empreendimentos de equipe multidisciplinar as contribuições dos projetos de arquitetura paisagística foram sempre propositivas em busca de soluções específicas para cada problema ou desafio apresentado.

No HOTEL SUMMERVILLE BEACH RESORT, implantado na praia de Muro Alto, de Goiana Arquitetos, o diferencial foi os estacionamentos-jardins situados entre os blocos cuja estética neutraliza a imagem fria da pavimentação e propicia uma amenidade visual com o estacionamento cheio ou vazio de carros.

No NANNAI MURO ALTO BEACH RESORT, de Pedro Motta Arquitetos, o projeto de arquitetura paisagística, além de locar os bangalôs em harmonia com a paisagem também explorou os conceitos de jardins de água e jardins de areia não apenas pela necessidade ecológica, mas também para manter a unidade da paisagem praieira e sua vegetação nativa.

No projeto PESTANA NATAL RESORT, arquitetura de Carlos Ribeiro Dantas e ambientação de Jaime Morais, foram idealizadas torres de exaustão inserida no jardim para ventilar a cozinha do hotel e evitar a saída da fumaça junto ao lobby de acesso social. Também insistimos no uso da vegetação nativa Ipomea pes-caprea nos taludes do empreendimento educando o olhar das pessoas a apreciar o “mato”.

No complexo da TV GLOBO, em Olinda, PE, o projeto de arquitetura paisagística desenhou as soluções estruturais de contenção da encosta do Morro do Peludo, inspiradas nas plantações de arroz terraciadas existentes na China e Indonésia e adicionou ao sistema de drenagem de águas pluviais uma lagoa de retenção de valor estético.

No NANNAI RESIDENCE, de Pontual Arquitetos, idealizamos o deck de piscina semi-privativo para os apartamentos térreos resultando numa grande aceitação e procura nas vendas.

Usamos o conceito de Hierarquia espacial de espaços público, semi-público, semi-privativo e privativo na praça do HOTEL IMPERIAL SUITES, de Jerônimo Cunha Lima Arquitetos, gerando identidade e segurança no espaço urbano.

No TEMPLO MORMON RECIFE, concebemos a tampa “Chapéu-de- Mexicano” para caixas diversas de engenharia, evitando a grande poluição visual das tampas tradicionais ao longo dos jardins.

No MARULHOS MURO ALTO RESORT, o diferencial paisagístico foi o projeto de uma rampa mesclada a uma cascata para acessibilidade, no nível subsolo, a academia de ginástica, sauna, banheiros e salão de beleza tendo como resultado uma ambiência agradável e de descida convidativa.

Complexidade e método na arquitetura contemporânea

Leandro Medrano

A primeira década do século XXI confirma o impasse anunciado à arquitetura e ao urbanismo desde o início dos anos 1960. Se por um lado o fortalecimento da estética da sedução, cuja poética abstrata articula simulacros para o fortalecimento do capital simbólico (obediente aos seus campos estruturais), deu sobrevida à esquemas que marcaram o final do século XX; por outro, evidencia-se, em campos marginais, a crítica profícua aos meios e instrumentos que fundamentam a autonomia da disciplina em relação à sua condição política ou social. É visível o abismo entre a complexidade em um mundo quase esgotado com seus 6,5 bilhões de habitantes, a maior parte deles vivendo em cidades, e as inocentes preocupações dos que tratam do objeto como arquitetura. Esta apresentação desenvolve a hipótese de que, na arquitetura, a simplificação do discurso permitiu a proliferação de escolas e profissionais, mas enfraqueceu a profissão como campo do conhecimento ou da cultura. Em sentido contrário, podemos optar pela complexidade no método para definir uma outra estrutura científica e cultural à disciplina – que poderia atentar ao seu papel crítico, político e formativo na construção de seu lugar no espaço e no tempo.

Arquitetura em Andamento

João Diniz

O fazer arquitetônico no contexto de transição social brasileiro e internacional neste início de Século XXI deve atentar para três questões fundamentais que definirão o caráter de sua ação, ou seja: o significado cultural e ambiental das novas construções, aspectos de sustentabilidade construtiva e humana nos espaços construídos, suas características expressivas e coerência tecnológica.

Estes tópicos não são novos e pode-se dizer que sempre estiveram presentes nas boas arquiteturas produzidas ao longo do século XX e até anteriormente, mas também não se pode negar que na contemporaneidade estes assuntos ganham novos matizes ao serem repensados nesta era pós industrial, onde a informação e a comunicação parecem dirigir as ações e o dia a dia de um mundo cada vez mais conectado.

Neste cenário atual de realizações midiáticas e instantâneas a arquitetura se coloca em uma encruzilhada ao dialogar com a velocidade e o consumismo das redes mundiais de interação e, ao mesmo tempo, manter sua coerência pan-histórica ao buscar o bem estar humano, a sobrevivência dos meios de produção e do planeta, e o acesso democrático aos espaços diversos e à beleza.

Ao ampliar seu campo de referências a arquitetura entra em diálogo com um universo de ações multidisciplinares se alinhando com os diversos saberes atuais que buscam qualificar o tempo e o espaço. Esta intrerrelação de conhecimentos e pesquisas extrapola o sentido de vanguarda dos modernistas tirando proveito das atuais tecnologias disponíveis. Um começo de milênio caracterizado pelas diversas transições ideológicas pode dar corpo a uma transArquitetura fértil em sua busca de diálogos e novas expansões.

Ao rever a produção contínua de um escritório de arquitetura ao longo de mais de duas décadas pode-se tentar identificar uma possível coerência de pensamentos e realizações, ainda que não formais, que traçam uma linha ação sinalizadora da capacidade de gerar, em cada caso, distintas respostas aos temas acima colocados a partir de diferentes questões e escalas, orçamentos e contextos, tecnologias e inspirações.

Um possível regionalismo neste cenário de diálogos inter-nacionais aparece como a busca da linguagem própria para que se estabeleça a conversação e o intercâmbio de diferentes experiências negando o acordo convergente e unificador dos estilos redutores, as contidas ações defensivas, o silêncio tímido e as aflições polifônicas.

A produção do escritório JDArq procura refletir de forma própria e prática as reflexões teóricas maturadas no cotidiano do projetar e construir espaços, em estudos diversos e realizações guiadas pela intuição e interesses inter-artísticos e da prática acadêmica onde a reflexão com os estudantes e com os colegas professores é importante.

A realização de projetos e obras em escalas progressivas que passam pelo mobiliário doméstico e urbano, interiores comerciais, residências, habitação coletiva, indústrias, edifícios comerciais, áreas públicas, espaços voltados ao esporte, ao ensino e à cultura, e os temas diversos dos concursos de arquitetura; reafirmam a busca centrífuga de tentar a qualificação das cidades através da prática arquitetônica, realizações, ainda que pontuais, que podem ser entendidas como contribuições ao debate e as possibilidades deste exercício profissional desde Belo Horizonte, entendida como mais uma cidade do planeta cheia de potenciais e contradições.

O uso das estruturas metálicas aparece a partir de algumas obras que lançam mão do material ou da produção mostrada no livro 'Steel Life: Arquiteturas em Aço' lançado em 2010. Mas este procedimento recorrente não significa que esta seja uma tecnologia a ser eleita a priori, embora talvez possa ser entendido como uma vinculação material com a geografia das Minas Gerais ou como uma resposta complementar à grandiosa arquitetura em concreto realizada pelo movimento moderno nacional.

O reconhecimento da amplitude do ofício arquitetônico mostra que existe ainda muito a ser aprendido e realizado, que nenhuma obra é importante em si só que o encontro e união dos colegas congregados em torno do intercâmbio e da interação com as necessidades do mundo promoverão o crescimento do significado humano e técnico desta profissão.

Os desafios da formação profissional qualificada para atuação em projetos colaborativos multidisciplinares

Maisa Veloso

Hoje são cada vez mais freqüentes as demandas da sociedade por profissionais capazes de atuar em equipes multidisciplinares, com conhecimentos que transcendam a sua formação profissional específica, notadamente no que diz respeito à capacidade de gestão e atuação em equipe, o que requer habilidades como empreendedorismo, liderança e comunicação. Cresce também o arsenal de informações e recursos tecnológicos, acessíveis em tempo real, o que, de certo modo, democratiza e ao mesmo tempo pulveriza o conhecimento em redes virtuais, abrindo novos horizontes e territórios de atuação. Além disso, a competitividade do mercado de trabalho e a necessidade de aperfeiçoamento constante levam os profissionais à busca por especialização em novas áreas de atuação específica.

Nos campos da Arquitetura, do Urbanismo e do Design, esse processo de especialização se torna evidente com a emergência de novas competências como em luminotécnica, acústica de ambientes, eficiência energética de edifícios, gestão de projetos e obras, além dos chamados “arquitetos de informação” no campo do web design, funções para as quais nem sempre foram treinados na sua formação profissional tradicional. As dificuldades e os conflitos inerentes à formação generalista versus a necessidade crescente de atuação específica em contextos multi ou interdisciplinares, tornam-se ainda mais evidentes no momento da coordenação e/ou co-participação de arquitetos em projetos colaborativos entre equipes de profissionais com formações diversas.

Esta comunicação aborda o tema central da sessão “O arquiteto nas equipes multidisciplinares”, do ponto de vista da relação entre as formações atualmente oferecidas nos cursos de graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil e a capacitação para a atuação qualificada neste novo contexto profissional, sobretudo na área de projeto de edificações. Baseia-se na revisão da literatura inerente à temática e na experiência da autora como docente e pesquisadora em projeto de arquitetura na Universidade Federal do Rio Grande Norte, onde coordena o Grupo Projetar de pesquisa. Entendemos que a formação continuada do arquiteto urbanista é fundamental para aquisição de saberes e competências para atuação no mercado profissional contemporâneo, e que para tanto é necessária não só a inserção de disciplinas e conteúdos que incluam capacitação para atuação em equipes multidisciplinares como também de uma nova cultura projetual, sintonizada com a pesquisa técnica e científica e as novas práticas profissionais, cada vez mais complexas e interrelacionadas. E isso tanto em nível de graduação como de pós-graduação, sendo, neste último caso, o maior desafio a implantação de mestrados profissionais, uma das formas de estreitamento entre a pesquisa desenvolvida nas universidades e as práticas vigentes nos meios empresariais públicos e privados.

O estatuto institucional da profissão, respaldado em normas técnicas da ABNT e nos documentos das entidades de classe, delega ao arquiteto a responsabilidade global do projeto e conseqüentemente pela coordenação dos projetos das diversas especialidades. Contudo, na formação projetual nas escolas, os alunos são em geral levados a considerar o projeto do edifício de forma abrangente, na sua relação com o contexto urbano, espaço, forma, função, sendo cada vez mais relegadas a segundo plano questões relacionadas à materialidade construtiva (FABRÍCIO e MELHADO, 2005), em especial no que diz respeito à exequibilidade, aos custos e à gestão dos processos de projeto. Raramente projetos acadêmicos são desenvolvidos de maneira integrada às disciplinas da área de tecnologia ou atingem um nível de detalhamento executivo com as especificações necessárias.

Enquanto isso, as pesquisas de ponta na área da construção civil, sobretudo em termos de materiais, sistemas construtivos, redução do consumo de energia nos edifícios, são coordenadas por engenheiros (civis, ambientais, mecânicos e de produção), e são eles que ditam cada vez mais as formas e normas do construir, e de certo modo, do projetar no mundo atual. O programa nacional de etiquetagem voluntária do nível de eficiência energética de edifícios comerciais, de serviços e públicos, cuja regulamentação ainda está em discussão, é elucidativo deste fato e será brevemente apresentado nesta comunicação, apenas como exemplo

ilustrativo de novos arranjos entre pesquisa e práticas profissionais, com rebatimento no campo de atuação do arquiteto.

Assim como ocorreu durante a Revolução Industrial dos séculos XVII e XIX, as revoluções tecnológicas e os novos paradigmas do século XX têm redefinido o papel social do arquiteto e a crise da profissão assinalada por Saunders (1996) desde os anos 90 é em grande parte resultado das dificuldades da profissão de se adequar a um novo contexto histórico de mutações freqüentes. Peter Rowe, na introdução do livro de Saunders, evidencia, dentre outros sintomas da crise, a diminuição da remuneração dos arquitetos, o declínio do respeito por parte de outras profissões e um sentimento de não ocupar mais lugar central nas decisões sobre o ambiente construído (apud STEVENS, 2003, p.243). Este por ele quadro descrito é também válido para a realidade brasileira nos dias atuais.

Urge, portanto, uma reflexão não só acerca da nossa formação acadêmica tradicional, como também das nossas práticas profissionais, no sentido de enfrentar este quadro e procurar acompanhar de maneira mais efetiva as exigências do mundo contemporâneo. Acreditamos piamente que o lugar da qualificação necessária a este enfrentamento são as escolas de arquiteturas, sobretudo seus ateliês de projeto como lócus de práticas reflexivas (Schön, 1984), e um dos caminhos possíveis é o desenvolvimento da pesquisa aplicada como elo entre teoria e prática do projeto (VELOSO e MARQUES, 2007).

Passado e presente em projetos recentes

Hugo Segawa

No contexto do subtema “Os processos de preservação do patrimônio histórico”, as questões propostas na chamada de trabalhos poderão ser debatidas com a apresentação e discussão de três intervenções recentes em conjuntos patrimoniais: o Centro de Artes de San Luis Potosí, México (projeto Mesarquitectos, 2008), instalado na antiga penitenciária panóptica inaugurada em 1909; a Design Factory em Rotterdam, Holanda (projeto Wessel de Jonge, 2008), ocupando as instalações da fábrica Van Nelle, inaugurada em 1929; e o Museu do Pão em Ilópolis, Rio Grande do Sul (projeto Brasil Arquitetura, 2006), revitalizando o antigo Moinho Fachinetto, da primeira metade do século 20.

Projetos estratégicos em Pernambuco: O papel do Núcleo Técnico de Operações Urbanas (NTOU)

Zeca Brandão

A Equipe que tomou posse em 2007, no Governo do Estado de Pernambuco, empreendeu uma nova direção política para a questão do ordenamento do espaço físico em vista da implantação de grandes projetos estruturadores que dão nova dinâmica à paisagem urbana e à configuração regional.

Com o objetivo de gerir estes direcionamentos, foi criado o **Núcleo Técnico de Operações Urbanas (NTOU)** já no início daquele ano, ligado à Secretaria de Planejamento e Gestão. A equipe é constituída por técnicos em planejamento, arquitetura, urbanismo e modelagem financeira, visando consolidar conhecimentos para uma atuação de natureza consultiva, propositiva e articuladora de projetos arquitetônicos e intervenções urbanas de interesse do Estado.

Ao se avaliar as administrações recentes, constata-se o baixo impacto de grandes obras e investimentos econômicos na qualidade de vida das cidades e, conseqüentemente, da população. Grande parte destas intervenções se mostram pontuais ou desarticuladas, não respondendo às esperadas vantagens sociais, mesmo na presença de grandes incentivos fiscais e econômicos. Projetos foram implantados sem sintonia com outros investimentos, tornando as ações pouco efetivas e sem rebatimento na elevação do capital social, humano e ambiental.

A formação de um núcleo técnico, atuando junto ao Governo do Estado, responde à necessidade de consolidar uma agenda visando maximizar as oportunidades proporcionadas pela implantação de grandes projetos estruturadores através de operações urbanas consorciadas, reconhecidas em todo o mundo como as experiências mais efetivas na transformação de áreas e regiões urbanas. Elas são concebidas como um conjunto de medidas coordenadas pelo Poder Público, com a participação de investidores privados, objetivando alcançar transformações urbanísticas, melhorias sociais e valorização ambiental.

Entende-se que ocorrem distorções quando o poder público abdica de seu papel formulador e coordenador para aceitar, unidirecionalmente, os interesses do capital privado. No contexto aqui apresentado, o Estado ao contar com um núcleo técnico capaz de pensar, propor, e coordenar operações urbanas consorciadas estará potencializando resultados, assim como fortalecendo suas políticas públicas.

São competências do NTOU:

- *Pesquisar, simular e avaliar os impactos de projetos e empreendimentos urbanos propostos, identificando potencialidades, sinergias e novos arranjos de consórcios e parcerias.*
- *Desenvolver estratégias para promover a participação da sociedade e do capital privado na viabilização ampliada dos empreendimentos.*
- *Formular novas propostas de operações urbanas consorciadas, identificando oportunidades e articulando os diversos interesses públicos e privados.*

O NTOU prestou apoio técnico ao Comitê Pernambuco na Copa para garantir uma maior sinergia e repercussão das ações de planejamento, articulação e integração entre planos e projetos, também na aplicação dos investimentos e na integração das ações do Governo do Estado e das Prefeituras. O Núcleo ainda realizou diversos estudos de intervenções urbanas consorciadas, definindo áreas passíveis de abrigar novos usos e áreas que devem ter os usos otimizados. Entre esses estudos se destacam:

1. Arena Recife Olinda
2. Cidade da Copa
3. Parque do Cordeiro
4. Capitania
5. Centro Administrativo
6. Complexo de Salgadinho
7. Porto do Recife

Urbanismo em tempos de retração

Carlos Fernando de Souza Leão Andrade

O presente estudo trata dos reflexos da perda da capitalidade e do enfraquecimento político e econômico na cidade do Rio de Janeiro, principalmente quanto a seu reatamento no espaço urbano, dinâmica demográfica e o avanço da favelização. Uma vez constatado o processo de retração, e retraimento, sofrido pela cidade, analisa as principais propostas urbanísticas ali ocorridas desde a transferência da capital federal para Brasília e constata a necessidade de que estes projetos reconheçam o novo contexto da metrópole carioca e busquem novos paradigmas, que se resumem no título do trabalho: urbanismo em tempos de retração. Para tanto, descreve as recentes teorias urbanísticas, classificando-as de antíteses ao que se quer demonstrar, ou seja, destinam-se às cidades em expansão, finalizando com algumas diretrizes urbanísticas para o Rio de Janeiro num cenário que busque alterar a atual tendência, vale dizer, a cidade não cresce, mas se muda, abandonando áreas infra-estruturadas e ocupando novas regiões sem infra-estrutura.

Água

Guillaume Sibaud

A água vem sendo para a Triptyque o tema de uma longa e árdua pesquisa; devido a proximidade com o ambiente tropical o escritório atingiu uma nova sensibilidade e perspectiva, agora toda essa experiência e conhecimento são apresentados nos projetos da Harmonia_57 em São Paulo e na midiateca de Osny na França.

O projeto da Midiateca da cidade de Osny realizado pelo escritório de arquitetura Triptyque acabou de receber a aprovação da prefeitura para a construção do edifício na França. Situada próxima ao Chateau de Grouchy, castelo do século XVIII, o imóvel tem previsão de entrega para 2012.

O projeto da Midiateca foi desenvolvida conforme as aspirações da prefeitura de um prédio sustentável que pudesse ser climatizado pela pura ação dos elementos da natureza, dessa maneira, os arquitetos da Triptyque desenvolveram esse sistema hídrico que aproveita a água proveniente do solo e os instrumentos da geotermia para fornecer o potencial necessário para a climatização total do modelo.

O conceito inovador do projeto é a escolha por uma circulação da água climatizada e reciclada, utilizada na cobertura, cortinas e espelhos d'água.

Esse conceito, segundo a estação do ano, resfria ou aquece o edifício. Esta solução é projetada a partir de sistemas construtivos e técnicas extremamente simples e que necessitam de baixo investimento financeiro, tanto do ponto de vista da execução quanto de manutenção.

O edifício é projetado como um grande salão, à partir de uma estrutura simples com pilares e laje contínua, sem intervenção de vigas aparentes. Este partido técnico privilegia uma fluidez espacial e uma evolução dos espaços internos a fim de permitir à midiateca possíveis adaptações futuras (mudanças de suporte de mídia, evolução programática,...)

O prédio é desenhado como uma continuação do espaço público, buscando o máximo de transparência, sendo aberto para todos e com fácil acessibilidade.

A Harmonia_57 segue o mesmo conceito da midiateca, como um edifício vivo, respira, transpira e muda com o tempo, se recuperando e se transformando. A intenção é formar uma camada de musgo que cubra todas as paredes externas, dando ao edifício esse aspecto único. Seu propósito é trazer à vida as diferentes fases de sua evolução, sobre a influência dinâmica de acontecimentos naturais e artificiais interconectados, como a chuva, o crescimento da vegetação, o bombeamento de água e a irrigação.

Esse projeto privilegia o sistema de água pelos seus elementos de baixa tecnologia como canos, tanques de água, borrifadores e outros, que são o entablamento do edifício, oferecendo diferentes elementos para suas extremidades, alguns formando proteções para suas varandas.

A água também é a característica principal nesse projeto, onde a chuva e os canais fluviais são drenados, tratados e reutilizados, criando um complexo ecossistema.

O núcleo do projeto Harmonia_57 é exposto em sua fachada. A irrigação que serve todo o prédio, juntos com os canos e com o sistema de tratamento de água, abrangem as paredes exteriores como veias e artérias de um corpo, como se a construção tivesse sido desenhada do avesso. Isso contrasta com a parte interior que oferece um aspecto limpo e minimalista.

Dois grandes blocos cheios de vegetação são interconectados por uma ponte metálica com terraços de concreto e janelas de vidro com trilhos. Com a intenção de criar um diálogo entre a rua e o edifício, os terraços são divididos em cada andar, dando vida a um jogo visual analítico entre os dois volumes.

O bloco frontal é completamente suspenso e flutua em cima de pilares, enquanto o bloco do fundo é solidamente fixado no chão, complementado por um volume em forma de casa de pássaros no topo.

Esse projeto, organizado em torno de uma trama, funciona com bases neutras e primitivas, perfurada por poros que servem de casa para diversos tipos de plantas. A estética da fachada é envolvente e heterogênea e com o tempo vai assumir diferentes formas e cores.

Contrastando com a vegetação irregular no exterior, os espaços internos do edifício têm suavidade e superfícies monocromáticas, com decks e pátios, interrompidos por lábios salientes de concreto que emolduram o horizonte do bairro da Vila Madalena em São Paulo.

Palavras chave: Água, sustentabilidade, tecnologia

O urbanismo multidisciplinar na construção da cidade sustentável

Renato de Melo Rocha

Este artigo foca a teoria do urbanismo contemporâneo e o indicativo do trabalho multidisciplinar na construção da cidade sustentável à luz das complexidades atuais do espaço urbano construído, levando-se em consideração o avanço da ciência e tecnologia e os aspectos sócio-econômico-culturais. Centra-se no conceito, a síntese e a análise do urbanismo sustentável, apresentando técnicas e procedimentos para avaliação do desempenho sustentável do espaço urbano. Assim, o artigo objetiva refletir sobre teorias que buscam as soluções para o urbanismo conceituado como sustentável e elaborado em equipes multidisciplinares, objetivando a qualidade e preservação ambiental e satisfazendo as necessidades humanas.

1. INTRODUÇÃO

O arcabouço teórico contextual do urbanismo sustentável apresenta questões de grande complexidade e de enfoques de naturezas diversas como o das explosões na ocupação das periferias das cidades, principalmente em países que seguem o modelo econômico do consumismo excessivo, na exclusão social que segrega as famílias de baixa renda e, devido a temas como estes, exigem-se pesquisa e estudo aprofundados que objetivem conhecer os inúmeros pensamentos que possam colaborar para a construção teórica do urbanismo sustentável.

Outros temas levantados por ANDRES, PLATER-ZYBERK e SPECK (2000) como as grandes distâncias entre os locais de moradias e os de atividades econômicas, favorecem o aumento do mercado informal que, aliado o transporte coletivo, tornam-se caótico e os grandes percursos só tendem a aumentar a poluição que, evidentemente, auxilia na insustentabilidade da cidade; o uso indiscriminado do automóvel cria novos viadutos e vias rápidas inseguras para o pedestre. Verifica-se aí a uma nova ordem de sistema viário onde o ser humano não é mais o elemento de escala da cidade, sendo assim substituído pela escala do automóvel.

Conforme ROGERS (2001), as pessoas vivem nas cidades e, como cidadãos, devem cuidar de seu ambiente. Os valores da sociedade são os valores da cidade. Seu sucesso depende dos seus habitantes e do poder público. Depende da prioridade que ambos dão à criação e manutenção de um ambiente humano. Ainda, segundo ROGERS (2001), um público bem informado aumenta o poder das políticas públicas e sua capacidade de fiscalização sobre o meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável nas cidades está cada vez mais presente na literatura e na agenda dos planejadores, porém a sustentabilidade urbana deve ser buscada sempre visando às escalas global e local. Na escala global já está comprovado que os recursos ambientais são limitados e se faz necessário restringir a utilização destes recursos naturais, principalmente nas cidades, definindo limites objetivando manter a capacidade de renovação, sendo assim incluído instrumentos nas políticas públicas municipais.

Na escala local, prioritariamente para o uso e ocupação do solo urbano e rural e seus impactos, para a qualidade do saneamento ambiental, para obtenção de energia e de transportes alternativos e eficientes, para a inclusão social, e para as formas de gestão, incluindo a educação ambiental e um equilíbrio nas questões ambientais, sociais e econômicas da cidade.

A noção de sustentabilidade tem se firmado como o novo paradigma do desenvolvimento humano. Os países signatários dos documentos e declarações resultantes das conferências mundiais realizadas na última década de 1990¹ assumiram o compromisso e o desafio de internalizar, nas políticas públicas de seus países, as

Nota 01 As principais conferências realizadas pela ONU, na década de 90, foram: Infância em Genebra (1990); Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano no Rio de Janeiro (1992); População e Desenvolvimento no Cairo (1994); Pobreza e Desenvolvimento Social em Copenhague (1995); Assentamentos Humanos Habitat II em Istambul (1996); Mulher em Beijing (1997).

noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável pleno em seus aspectos ambientais, sócio-econômicos e culturais.

Diante de todo este contexto de compromissos global entre quase todos os países de nosso planeta, bem como da própria política de sustentabilidade local, vários autores como Andrés, Lynch, Rogers, Romero, Rueda e Yeang constroem a teoria da sustentabilidade, cada um conforme seus conhecimentos técnico-científicos específicos de sua área de atuação.

Este artigo pretende reunir, sinteticamente, as premissas principais contidas nas teorias de alguns autores desta literatura e que colaboram para um conjunto de alternativas e soluções que realmente venham a solucionar os problemas locais e globais para um novo modelo de desenvolvimento que irá aproximar-se ao máximo da sustentabilidade necessária para atenuar os danos até então causados ao nosso planeta.

2. URBANISMO SUSTENTÁVEL

O urbanismo sustentável é influenciado pelos inúmeros avanços tecnológicos nas estruturas urbanas que possibilitam a qualidade de vida na cidade, bem como no acompanhamento das transformações verificadas na cultura, sociedade, economia e no meio ambiente, ampliando-se assim, a complexidade do urbanismo e conseqüentemente, o aumento das exigências relacionadas à qualidade ambiental no meio urbano.

Segundo ROGERS (2001), as cidades atualmente se destacam pelo distanciamento da população em relação às decisões nas intervenções urbanas, nas melhorias e desenvolvimento urbano, na recuperação de áreas construídas degradadas e as áreas públicas em geral. Os investimentos municipais geralmente estão voltados para as parcerias com o mercado e não nas necessidades dos cidadãos e conseqüentemente na melhoria da qualidade de vida.

Neste aspecto da participação popular e o avanço na cultura cidadã na defesa da qualidade de vida de sua cidade, ROGERS (2001) cita o arquiteto inglês Brian Anson (década de 1960) que aponta a percepção da riqueza do conhecimento e das idéias contidas no conceito de cidadania como o fator primordial na participação da população em conjunto com os urbanistas nas soluções dos problemas urbanos.

Outro grande fator importante na prática cidadã é a dificuldade de sua participação nas decisões públicas municipais, onde geralmente são repassadas as estratégias e o direcionamento do planejamento do uso e ocupação do solo urbano aos cuidados do mercado.

Assim, segundo ROGERS (2001) criam-se práticas negativas como a ocupação de áreas até então vazias e de baixo valor, com empreendimentos monofuncionais para habitação, comércio ou escritórios, reduzindo o tempo do lucro imediato e desfavorecendo a prática mais sustentável que é a da diversidade. Neste momento verifica-se que o planejamento é abandonado e inicia-se a prática dos incentivos fiscais para estimular os investimentos de mercado nestas áreas.

Este padrão anti-social e de exclusão, com um crescimento segmentado, como na maioria das grandes cidades brasileiras, mostra-se inadequado para um crescimento que atenda as necessidades de uma população. ROGERS (2001) acredita que um planejamento estratégico e estudos específicos para um plano diretor será a chave para se obter sucesso em uma transformação apesar de, na prática brasileira, estes planos diretores não possuírem os resultados esperados em sua totalidade.

ROGERS (2001) enfatiza que a ampliação e melhorias dos espaços públicos é a principal necessidade dos grandes centros urbanos e, está aí, o ponto central físico da discussão sobre a sustentabilidade social e cultural, a própria recuperação ambiental de espaços degradados seria o complemento com a sustentabilidade ambiental.

O foco central de uma reestruturação urbana está na real possibilidade em implementar o urbanismo sustentável, devendo ter segundo ROGERS (2001), a preocupação de ligações entre os vários espaços públicos e os principais edifícios de uso público, arborização urbana, instrumentos para a diminuição da poluição, criação de novos parques e acredita que muitas cidades possam ser transformadas em cidades sustentáveis desde que tenha a participação direta de seus moradores nas decisões urbanísticas municipais.

Várias definições caracterizam o urbanismo sustentável e, na forma mais plena, ROMERO (2001) cita urbanismo sustentável com manutenção e preservação da diversidade de culturas, que integram, ao longo do tempo, as identidades dos povos, apoiando-se na sustentabilidade cultural, na sustentabilidade social e, no objetivo maior que é a melhoria da qualidade de vida e redução dos níveis de exclusão social.

O urbanismo sustentável também depende de uma nova realidade ambiental dos projetos de arquitetura de novos edifícios, pois não é correto projetar sem levar em consideração o baixo consumo de energia, a utilização de energias renováveis como a solar, eólica ou mesmo a utilização de água de chuva e o reuso de água cinza. A implantação planejada para utilizar a iluminação e a ventilação natural na diminuição do consumo energético é fator obrigatório nos novos edifícios na formação do urbanismo sustentável.

Ainda no foco do edifício como fator primordial na implementação do urbanismo sustentável, segundo YEANG (1995) a busca pela qualidade ambiental aponta para uma mudança de paradigma que são os parâmetros da sustentabilidade. A crescente preocupação com fatores ambientais fez surgir à avaliação de desempenho ambiental dos edifícios ou de sustentabilidade do empreendimento. Essa avaliação procura indicar medidas para a redução de impactos a partir de alterações na forma como os edifícios são projetados, construídos e gerenciados ao longo do tempo.

RUEDA (1999) estuda o caso da cidade difusa que revela a informação contida em uma urbanização que tem um conjunto de portadores de informação muito pequeno, por exemplo, uma tenda de cosméticos, um bar e um conjunto de indivíduos com características muito similares. Se a cada símbolo desenhado assinalássemos uma letra do abecedário, a leitura da mensagem sonora seria algo assim: a, b, ccccc, ddddd,....

Ainda conforme RUEDA (1999), a informação contida na mensagem é muito reduzida, é muito “simples”. Não ocorre o mesmo na mensagem correspondente a uma área similar na cidade compacta; sua leitura da idéia da complexidade do mesmo, que de fato representa a complexidade que aterroriza o próprio espaço urbano selecionado. A mensagem precisa dos distintos portadores de informação e o número de cada um deles.

Segundo RUEDA (1999), cada símbolo seria um portador de informação e o conjunto de ícones do lugar é justamente uma mensagem que nos permite calcular sua informação.

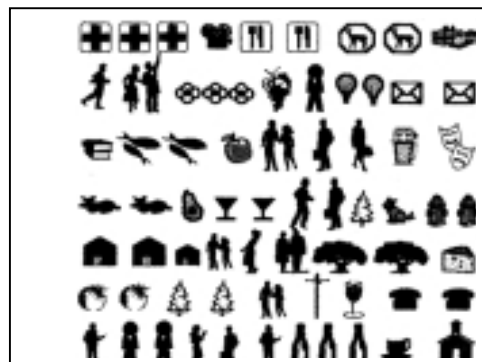


FIGURA 01. Portadores de informações em um tecido urbano da cidade compacta. FIGURA 02. Portadores de informações em uma urbanização da cidade difusa.

Arquitetura em transição, arquitetos em transformação.

Fernando Guerra

Conhecimento de si.

O dilema.

Arquitetura em transição – Arquitetos em transformação.

O gênio generalista ou o gerente especialista.

O mercado de trabalho – Comandando ou delegando

Aprendendo a aprender

Capacitação.

Gestão de pessoas e processos ;

Gerenciamento de projetos e conhecimento;

Transformando conhecimento em riqueza.

Aprendendo a ser.

Fatores de mudança.

Educação empreendedora - Empreendedorismo como forma de ser.

Educação Financeira - Base de uma educação integrada.

Aprendendo a conviver

Ética profissional e educação doméstica – Aprendendo e exercitando valores

Obras e projetos do gruposp: associações flutuantes.

Alvaro Puntoni

Vamos apresentar alguns projetos realizados pelo gruposp, escritório formado em São Paulo desde 2004.

O escritório é um espaço aberto à participação de arquitetos e outros profissionais interessados na discussão sobre a produção dos espaços de vivência e os espaços da cidade. Não pretende ser um escritório tradicional com um núcleo rígido e fechado, mas uma organização flexível que admite colaborações e parcerias conforme o trabalho a ser desenvolvido. A associação entre os arquitetos varia conforme o perfil de cada projeto, cada desafio, que é trabalhado com precisão. Esta construção foi se conformando e consolidando nos últimos anos.

Este modus operandi dinâmico possibilita a manutenção de uma estrutura austera e diminuta, mas paradoxalmente está permanentemente de prontidão e pode se moldar a dimensão do trabalho a ser realizado e, portanto, não se revela inabilitada para elaboração de qualquer projeto. Outrossim, não necessita ser mantida por trabalhos pouco interessantes e se permite selecionar a demanda e optar pelo serviço.

Nos últimos anos o escritório tem se dedicado a elaboração de concursos de arquitetura, projetos para ONGs e instituições públicas, projetos habitação coletiva para iniciativa privada, além de incorporar no cotidiano de suas atividades a participação em pesquisas e docência de seus participantes.

Esta forma de organização do trabalho abre a perspectiva de ampliação e desdobramento dos espaços do trabalho, em todos os sentidos, além de sublinhar a convicção que a construção dos espaços para todos pode (e deve) ser engendrado por ações coletivas, essenciais para ampliação do nosso saber específico.

As obras e projetos que serão apresentadas revelam esta prática.

Do ateliê à empresa – o arquiteto empreendedor?

Artur Novaes

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do tema se fará a partir de uma abordagem empresarial da arquitetura enquanto “NEGÓCIO”, e do arquiteto enquanto gerente de uma atividade profissional negociada no mercado de trabalho, ou seja, do arquiteto “GESTOR”.

Como suporte teórico abordaremos a teoria Contingencial, o Empreendedorismo, uma análise do papel do Arquiteto nos Empreendimentos Imobiliários e sua importância na Indústria da Construção Civil no Subsetor de Edificações (ICCSE).

Este repertório fundamentará os pontos positivos e negativos do quadro atual do perfil empresarial do arquiteto e seu potencial para o enfrentamento das demandas do atual ambiente das organizações. Como conclusão, apresentaremos possíveis caminhos a trilhar pelos profissionais e empresas de arquitetura para sua inserção com qualidade no Mercado de Trabalho.

O AMBIENTE ORGANIZACIONAL CONTEMPORÂNEO - Empreendedorismo e o Papel do Gestor

A evolução recente do ambiente onde se inserem as organizações pode ser caracterizada pelo movimento indicado por Morgan (1996) conforme descrito a seguir.

- Da ESTABILIDADE para FLUXO E MUDANÇA
- Da SIMPLICIDADE para COMPLEXIDADE
- Do MERCADO ABERTO para COMPLEXIDADE

Para a compreensão desta nova realidade a Teoria Contingencial estuda as relações de interdependência entre as organizações e seu ambiente e ressalta que, em um ambiente instável e complexo, a capacidade de adaptação é fundamental para a sobrevivência das organizações. Este processo surge através da INOVAÇÃO e do EMPREENDEDORISMO.

“A sobrevivência das organizações depende da habilidade dos gestores em reconhecer e interpretar os requisitos do ambiente e a eles responder constantemente, com novos produtos, processos e modos organizacionais” (MOTTA, 2001).

O responsável *pela* criação e implementação destes recursos nas empresas é intitulado empreendedor.

“O empreendedor é uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém um alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios.” (FILLION, 1999-a)

O ATUAL QUADRO DA ICCSE NO BRASIL - O Papel do Arquiteto

A evolução da ICCSE no Brasil pode ser caracterizada pela presença maciça do financiamento do Estado até os anos 80. A partir dos anos 90, com o domínio das empresas do setor privado, teve início o incremento de competitividade que obrigou as empresas a buscarem o aumento da produção e da qualidade de seus produtos como diferenciais competitivos necessários a sua sobrevivência no mercado. Deste processo resultou a conclusão que a qualidade dos projetos e sua relação com a obra se constituem um elemento estratégico para o sucesso dos empreendimentos. Reforçando a importância do Projeto de Arquitetura e, conseqüentemente, do Arquiteto no ciclo do empreendimento imobiliário.

“É na fase de projeto que se tomam as decisões que trazem maior repercussão nos custos, velocidade e qualidade dos empreendimentos”. (FABRICIO & MELHADO, 1998)

“Os principais atributos de valor do empreendimento imobiliário percebidos pelo cliente são determinados no projeto” (MIRON, 2002).

PERFIL EMPREENDEDOR DOS ARQUITETOS?

Qual o perfil empresarial do arquiteto? Existe um perfil característico? Está o arquiteto qualificado para ser empreendedor no mundo contemporâneo? Quais são as características necessárias para este profissional? Estas e outras perguntas necessitam de estudos científicos e pesquisas para conclusões definitivas. Entretanto, pela urgência do debate, arrisco-me, baseado no exercício diário da profissão, na lida com colegas e estudantes, em dados empíricos e no senso comum, a apresentar temas e sugestões para discussão, conforme abordagem que se segue.

De início, apresento para análise, um conjunto de qualidades propostos pelo Programa Líder XXI, da consultoria Prática Empresarial (Fortaleza, 2003), para o líder empreendedor no ambiente organizacional do sec. XXI.

- Visão sistêmica
- Senso crítico
- Criatividade
- Capacidade de (auto) avaliação
- Flexibilidade e tolerância (trabalho em equipe).

Mesmo empiricamente, a análise destas características, guarda grandes semelhanças com o perfil de profissional exigido na formação dos arquitetos, onde treinados no processo de projeto, exercitamos a exaustão os processos de análise, síntese e avaliação ao criarmos o novo e dividi-lo com diversos profissionais até a finalização da obra. Mesmo de maneira intuitiva, podemos concluir que, por força da atividade e pela sua formação, o arquiteto está instrumentalizado para o bom desempenho da atividade empreendedora.

Então, porque temos tantas dificuldades de adaptação ao ambiente empresarial?

O fato é que existe como senso comum, certa falta de aptidão dos arquitetos para os negócios, talvez decorrente de outros aspectos da formação ou mesmo do perfil das pessoas que buscam a profissão. A seguir, serão elencados alguns pontos preocupantes no atual momento profissional da categoria que concorrem ou podem concorrer para a desvalorização da atividade.

- Ausência de uma cultura empresarial
 - Continuidade da cultura do arquiteto artista/astral
 - Pouca importância a contratos, apresentação pessoal, marketing, etc.
- Concorrência predatória
 - Baixa remuneração com prejuízo de qualidade
 - Má avaliação de custos de produção
 - Trabalhos sem remuneração
- Informalidade excessiva
 - Utilização de softwares piratas
 - Profissionais não legalizados nos escritórios
- Remuneração distorcida
 - Indefinição do objeto de contrato
 - Disparidade de parâmetros de preço
 - Verbas de representação - comissão
- Volume de arquitetos entrantes no mercado

- Projetos executados por estudantes

CONCLUSÃO

Para finalizar, procuramos sintetizar possíveis caminhos a serem trilhados na busca da valorização profissional dos arquitetos e de sua atividade. Estes são:

- Incremento de uma cultura profissional/empresarial
 - Criação de espaços de discussão sobre o negócio arquitetura (emprego, remuneração, etc)
 - Desenvolvimento de campanhas institucionais para o entendimento e valorização do trabalho do arquiteto pela sociedade e o meio empresarial (corporativismo, associativismo, marketing, etc).
 - Valorização do profissionalismo em detrimento da informalidade
- Diversificação da atuação
 - Empreendedorismo (identificação e apropriação das oportunidades no diversos setores da ICCSE.)
 - Especialização, em paralelo ao generalismo.

Este debate surge como necessário para a sobrevivência de nossas empresas, devendo ser realizado de forma séria, desprovida de preconceitos e calcada na atividade profissional do dia-a-dia da maioria dos arquitetos. Para tanto, é necessário incrementarmos os mecanismos de organização e discussão, com o objetivo de compreender o que seja a prestação de serviço em arquitetura hoje, melhorar nossa produção, nossa relação com o mercado e recuperarmos o valor de nossa remuneração para que seja exercida em todo seu potencial.

Planos e projetos para a cidade informal no século XXI

Elisabete França

Na cidade de São Paulo mais de 30% dos moradores, ou seja, cerca de três milhões de pessoas vivem em condições de alguma precariedade urbana, parcela significativa de uma população (85 milhões) que no Brasil, entre as décadas de 60 e 90, foram acolhidas nas áreas urbanas. Essas famílias vivem em áreas precárias conhecidas como favelas, cortiços ou loteamentos clandestinos. Desvinculadas da chamada “cidade formal” são exemplos inequívocos da desigualdade no espaço urbano.

Frente à complexidade e dimensão dessa realidade elaborar a política habitacional para a cidade de São Paulo, não é tarefa das mais fáceis. Em primeiro lugar é preciso conhecer de forma profunda e detalhada, quais são os problemas a serem enfrentados, evitando a simples formulação de um discurso vazio sobre a pobreza urbana.

Uma política habitacional séria e de longo prazo pressupõe o estabelecimento de prioridades e, como consequência o atendimento, em primeiro lugar, das famílias mais vulneráveis. A partir desse entendimento, está em curso na cidade de São Paulo o maior programa de urbanização de favelas do país: cerca de 120.000 famílias beneficiadas com obras em favelas.

O Programa de Urbanização de Favelas tem como propósito central a superação de um conjunto de déficits relacionados à infra-estrutura, acessibilidade, equipamentos e serviços públicos, como também a construção de novas e dignas moradias. Nas obras de urbanização, além da implantação da infra-estrutura, estão sendo construídas 10.000 unidades habitacionais, que substituem as moradias insalubres ou localizadas em áreas de risco, nas quais anteriormente viviam as famílias desses assentamentos.

O conceito central da intervenção é o da permanência dos moradores e da garantia de continuidade dos investimentos realizados na construção da moradia. Tomando a própria cidade como fonte de solução, a intervenção tem como principal objetivo a construção de espaços públicos de qualidade que respeitem as preexistências ambientais e culturais e que provoquem, sobretudo, a diluição das fronteiras urbanísticas e simbólicas entre a área antes “informal” e os bairros “formais”.

As propostas de intervenção decorrem da identificação das características, demandas e expectativas dos moradores, levantamento este que resulta de um intenso trabalho de longo prazo realizado junto às comunidades afetadas. Os projetos enfrentam o desafio central da necessidade de articulação de espaços e equipamentos públicos, de forma a propiciar áreas de convivência social.

A urbanização das favelas e a sua integração à cidade, dotada de bens, equipamentos e serviços necessários à vida urbana contemporânea, faz com que seus moradores tenham multiplicadas suas possibilidades de acesso ao trabalho, ao estudo, à saúde, invistam na melhoria de suas casas e, finalmente, adquiram reais condições de cidadania.

A cidade, reconhecida como espaço privilegiado das relações humanas e como foro eminentemente democrático, permite que valores opostos coexistam e sejam confrontados, contradizendo os conceitos conservadores dos agrupamentos isolados. Esse papel privilegiado que a cidade assume – espaço da convivência democrática – está relacionado com a extensão de acesso às oportunidades a todos os seus habitantes.

O dia depois dos Planos Diretores: O desafio da Gestão

Mirna Cortopassi Lobo

A Lei N° 10.257 de 10 de julho de 2001, denominada como Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana e trata da política urbana que garanta o direito a cidades sustentáveis. Estabelece a obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores para as cidades brasileiras com população superior a 20 mil habitantes e outras em condições especiais. Adicionalmente cria instrumentos de controle urbano que devem ser regulados municipalmente. No entanto, a identificação da aptidão urbana para a aplicação destes instrumentos ainda carece de metodologia e indicadores que permitam sua identificação. A presente palestra focará a metodologia desenvolvida para tal finalidade. Adicionalmente tratará do mapeamento dos anseios da população em audiências públicas e no cotidiano da gestão municipal introduzindo a noção de território e de escala em processo de descartografar a realidade.

DÉTOURNEMENT: a estética da indiferença

Gentil Porto Filho

Esta apresentação tem por objetivo discutir o impacto do détournement na arquitetura contemporânea. Definido como "desvio" de elementos estéticos preexistentes para a configuração de novos arranjos, o détournement foi explorado nos anos sessenta pela Internacional Situacionista como um método de superação dos valores estabelecidos. Embora rapidamente assimilado pela arte e pelo design, o desvio de situações urbanas completas – a máxima ambição da vanguarda situacionista – permaneceu, no entanto, praticamente irrealizado até a década de noventa. O que poderia ser designado de ultra-détournement passou desde então a ser sistematicamente materializado por tendências influenciadas pelos postulados de Rem Koolhaas. Se toda uma cultura projetual recente, disseminada internacionalmente por escritórios holandeses como o MVRDV, Neutelings Riedijk e NL Architects, tem se fundamentado em técnicas de deslocamento, justaposição e hibridação de programas e tipologias, cabe aqui perguntar: o détournement consiste hoje num procedimento capaz de transformar a metrópole do espetáculo ou trata-se de uma mera reprodução da sua lógica organizacional?

Clássico versus Barroco: Modernidade, Transições e Premonições.

Marcelo Suzuki

A oposição Clássico/Barroco, muitas vezes associada de maneira *arquetípica* - no sentido *yunguiano* do termo associada à oposição Apolíneo/Dionisíaco, ou na versão oriental, *Yan/Yin* – tem se mostrado persistente e, mais exatamente, intermitente, enquanto fenômeno humano e social.

Poderíamos dizer que no sentido ocidental trata-se de um paradoxo e no oriental de forças necessariamente complementares.

A arquitetura não é isenta desse fenômeno, a contradição oscila com tal e insistente intermitência, ao longo da história, que cabe uma breve reflexão para, à **ainda** parca luz do que sucedeu com o Movimento Moderno, apontar períodos de *Transições* aventarmos algumas *Premonições*.

Os importantes estudos até agora disponíveis para os entendimentos do Movimento Moderno são ainda os feitos durante ou, pelo menos, no resquício do calor de sua proposição; só agora está surgindo ar novo e saudável para uma interpretação mais completa do que sucedeu. Em contrapartida, manifestos contrários a ele surgiram e ainda estão quentes daquela vontade de rápida superação.

É neste contexto que surge a oportunidade de se *Intuir* algo por mera vontade especulativa: - teria sido o Movimento Moderno apolíneo e clássico – no sentido tradicional do emprego de Clássico, quer dizer, que se reporta aos padrões e ordens clássicas desde sua origem na antiguidade (e não no emprego agora mais corrente e popularizado, ou seja, de *clássico* como sendo algo já plenamente estabelecido, pelo tempo, e pela plena aceitação de que aquilo importa).

Em Le Corbusier, pelo menos, como um dos *Pioneiros do desenho Moderno* –para lançar mão do famoso título de Pevsner – o caráter *classicizante* é perfeitamente detectável, e Niemeyer parece refazer um trajeto *pró-Barroco*, isso poderia ser a representação do paradoxo ocidental dessa oscilação?

Se o *Post-Modern* Europeu - como insistia em usar, em inglês, Lina Bo Bardi - é, como concepção, mais *classicizante*, por suas citações, ainda, do que o próprio Moderno, de onde partiria a ostentada contraposição?

Se o *Post-Modern* Norte-americano é “brincalhão” e faz referências à história como mera disponibilidade não é relevante o suficiente para maiores comentários.

Mas Wright, por exemplo, deixa uma grande dúvida sobre o caráter Clássico do Movimento Moderno: sua obra oscila entre Clássico e Barroco – vale dizer Apolíneo e Dionisíaco – o tempo todo e só reforça a hipótese. Teria então Le Corbusier se transformado em Barroco à partir da “vivência” de Niemeyer, quando “muda tudo” a partir de Ronchamp? (sob protestos de Argan).

Entre os Modernos dos CIAMs as cisões – mais à esquerda, mais à direita – teriam ocorrido mas não motivadas, envolvidas por esse paradoxo quase universal? O grupo mais comunista mais radical propunha transformações mais radicais para um mundo mais apolíneo? Os Expressionistas alemães seriam *mais para Barrocos*?

A dicotomia, o paradoxo, a situação antípoda ou complementar, conforme se queira, e, já que não passam de meras especulações, servem, no entanto, para aumentar a visualidade das *Transições*, senão para nos abalarmos com nossas próprias *Premonições*.

Estaria em curso um processo a-ideológico, onde tudo vale? A proteção do eco-sistema Planeta Terra é uma nova forma de ideologia? A alta-tecnologia vai consertar o mundo? – já que já se acreditou que a indústria e a técnica iriam fazê-lo, Bauhaus -. (?).

Já passado *susto* de que “havia” o risco de a Arquitetura (com esse A MAIUSCULO) se transformar em imagem – dizíamos à época, em **meras** imagens -, e isso já aconteceu, o *Mundo Virtual* assume o comando? – para citar o mesmo autor de *Espaço, Tempo: Arquitetura* –Novas tecnologias de (e voltadas para o) *Design* é que farão a Nova Arquitetura – agora parafraseando Gropius -.

Estamos entrando em um período Dionisíaco-Barroco? Neo-barroco?

Entre premonições e especulações, propomos essa curiosa e aberta discussão sobre o futuro próximo da Arquitetura, principalmente a *dita*, agora, globalizada e “politicamente correta” (e as aspas devem ser interpretadas com o duplo sentido com que foram empregadas).

Vazio S/A – obra recente

Carlos M Teixeira

Vazio S/A Arquitetura e Urbanismo mistura prática e pesquisa. Para o estúdio, a visão integrada das disciplinas de desenho arquitetura, paisagismo e urbanismo é uma estratégia fundamental numa época de desafios impostos pelas dinâmicas da ecologia e pela própria complexidade das cidades. Seja no desenho de móveis ou no projeto de residências, equipamentos culturais e edifícios comerciais, prevalece no escritório a interdisciplinaridade. Buscamos uma postura propositiva e ativa: uma visão da informalidade, dos vazios e do mercado como algo que possa nos indicar novos projetos e oportunidades. À visão de uma prática de escritório convencional está associada a experimentação através de pesquisas, concursos de arquitetura, publicações, parcerias com grupos sociais e artísticos, e intervenções urbanas efêmeras que discutem relações entre a cultura contemporânea e a arquitetura.

Arquitetura interativa e colaborativa.

Luciano Mendes Caixeta

Esta palestra objetiva antecipar uma discussão sobre o momento de transição importante que a arquitetura está experimentando atualmente, migrando-se de um trabalho fragmentado e individualizado para um processo interativo e colaborativo.

Abrigar-se das intempéries foi uma das necessidades mais primárias e antigas que a humanidade buscou resolver. Esconder-se das chuvas e dos ventos, defender-se dos animais e seguir a caça fez o homem abandonar as cavernas e tornar-se um exímio construtor. Para o homem sobreviver como espécie foi preciso socializar-se, viver em grupos e organizar-se em comunidades, em outras palavras mais poéticas, criar as suas cidades e fazer os seus edifícios.

O processo construtivo desde os tempos remotos dos povos mesopotâmicos, Acadianos e Sumérios (7mil a. C.), teve no trabalho cooperativo o elemento essencial de sua força. O arquiteto primitivo interagiu e coordenava as várias atividades inerentes do ofício do mestre-construtor. Para se comunicarem inventaram a primeira linguagem iconográfica (4mil a. C.), por meio de símbolos e formas geométricas cunhadas, na argila, em baixo relevo. Desde sempre, os povos buscam formas de se interagirem e perpetuar os seus conhecimentos, na arquitetura não foi diferente.

O papiro de "Rhind", (1650 a. C.), importante achado egípcio, detalha soluções de problemas aritméticos, cálculos de área, volume e de geometria. Os gregos Pitágoras, Euclides, Platão e Sócrates ajudaram significativamente a desenvolver os princípios da sociologia, filosofia, matemática música e arquitetura. Mas, foram os Romanos que, por meio dos dez livretos de Vitruvius (Sec I a.C.) "*De Architectura libri Decem*", deixaram um legado de princípios construtivos, que ainda hoje são as principais referências arquitetônicas do mundo clássico.

No Renascimento europeu, a arquitetura experimentou novas descobertas importantes, como a perspectiva fugante de Brunelleschi, os tratados de Alberti e Palladio (Sec. XVI d.C.). O desenvolvimento das técnicas dos desenhos ortográficos libertou os arquitetos, permitiram que eles pudessem acompanhar mais de uma obra simultaneamente, paradoxalmente, os afastou das decisões do processo construtivo e, por outro lado, os aproximou da arte. Os grandes mestres da arte como Da Vinci, Michelangelo e Raphael eram também grandes arquitetos. O mundo passaria a enxergar a arquitetura de uma maneira diferente, mais artística, mais decorativa e mais próxima dos poderes político e religioso.

Com o expansionismo da industrialização a partir da metade do século XVIII, surge a necessidade de abrigar novos equipamentos e permitir outros meios de transporte. A arquitetura, a contragosto dos arquitetos decorativos, foi ao encontro do processo que buscava desvendar novos materiais e fazer suas regulamentações. A partir desta discórdia anunciada surgem as faculdades francesas de engenharia (das escolas politécnicas) e de arquitetura (das escolas de belas artes), consolidando-se definitivamente o rompimento da tecnologia com a metodologia projetual. Gaspar Monge, a pedido de Napoleão, organizou e regulamentou a geometria projetiva e descritiva (1795 d.C), que passariam a ser, definitivamente, a base para a interação dos meios da arquitetura e da engenharia, pelo menos até o fim do século XX.

Os computadores aparecem na década de 40, mas só atingem o grande público a partir da década de 80, com o surgimento das versões de tamanhos mais compactos e das plataformas operacionais mais amigáveis. Apesar do grande impacto causado pelos computadores da era dos processadores Pentium, inicialmente, os programas de *Cad* e os hardwares tinham grandes limitações. O que se viu, a partir daí, foi, à medida que os computadores e programas se desenvolviam, a substituição gradativa dos meios tradicionais de desenhos analógicos, feitos à mão, por desenhos digitais bidimensionais, que inegavelmente melhorava bastante as condições de trabalho do arquiteto, mas ainda sim, continuavam muito pobres de informações.

Portanto, neste novo cenário, apesar de ter mudado a mídia na qual se fazia o desenho, não mudou a maneira de se produzir as informações para a fabricação do edifício. Da mesma maneira e intensidade, a interatividade entre os vários projetos que se complementam também continuavam acontecendo com as mesmas suposições e deduções dos velhos desenhos bidimensionais, mesmo estando mais precisos e mais rápidos. Os desenhos bidimensionais têm baixo valor semântico, não conseguem transmitir suficientemente as informações para acontecer à compatibilização dos vários tipos de dados que compõem um projeto executivo. Desde o início da inserção das ferramentas digitais CAD na arquitetura não só os softwares, mas também os hardwares evoluíram bastante, hoje, estão bem mais desenvolvidos e são capazes de fazer simulações próximas da realidade.

Com as novas possibilidades das ferramentas tridimensionais digitais o que muda não é apenas o tipo de representação gráfica, mas é, principalmente, a linguagem da comunicação entre os agentes participativos do processo, pois, eles retêm ricas informações derivativas para a fabricação e para a produção do edifício. É o caminho integrativo para a adequação dos mais variados tipos de dados complementares, da mesma forma como vem acontecendo em outros campos do design, tal como na indústria automobilística, aeroespacial e em alguns casos, excepcionais, da arquitetura contemporânea. Historicamente, transferências tecnológicas vindas de outras áreas tem sido o cerne dos muitos avanços bem sucedidos da arquitetura. O *Boeing 797*, lançado recentemente e mesmo antes dele, foi todo pensado, desenvolvido, produzido e montado colaborativamente, utilizando-se um processo de sistema que depende exclusivamente da tecnologia tridimensional digital de modelagem BIM.

O desafio que os arquitetos terão que superar, daqui para frente, é da coordenação das diferentes expertises relativas aos dados digitais que compõem a complexidade tecnológica, atuando dentro das atuais exigências do processo construtivo derivativo, que são imprescindíveis principalmente nos edifícios de formas complexas. É inegável que este papel seja preferencialmente do arquiteto, mas é normal que, no meio de toda parafernália digital, ele ainda esteja muito confuso e não esteja percebendo a importância de tomar a frente desta difícil ocupação, salvo algumas raríssimas exceções. Este papel será, inevitavelmente, ocupado por outros profissionais se os arquitetos não se dispuserem a enfrentar mais esta difícil missão. Alguns softwares, como o *NavisWorks* da Autodesk, facilitam essa tarefa e são especializados no gerenciamento, adequação e coordenação dos vários tipos de modeladores tridimensionais, possibilitam ainda a navegação, a visualização, a animação e a investigação de possíveis incompatibilidades.

Num futuro próximo o arquiteto precisará saber mais sobre estruturas para tomar decisões de projeto e os engenheiros terão que aprender mais sobre espacialidade para participarem, discutirem e ajustarem as informações contidas nos modelos derivativos digitais tridimensionais. Com as atuais facilidades, já é possível ter um modelo que leva em conta as características do desempenho estrutural, eficiência energética, custo e outras questões relacionadas à construção e operação do edifício. Um modelo não é apenas uma imagem tridimensional da geometria, mas uma representação rica do edifício que contém todos os tipos de dados interessantes e úteis. O desafio é reunir todos os tipos de dados diferentes, envolvidos na produção de um edifício, em um único ambiente de informação digital, com o objetivo de superar as ineficiências. A coordenação dessas informações poderá habilitar o arquiteto a se tornar, novamente, o profissional capaz de tomar as decisões do processo da produção do edifício, como sempre foi num passado distante.

Os desafios para a conservação da arquitetura moderna

Fernando Diniz Moreira

Este texto procura prover uma visão de conjunto sobre os principais desafios que temos pela frente em relação à conservação da arquitetura moderna. Nos últimos quinze ou vinte anos, assistimos muitos casos de intervenções e restaurações de edifícios modernos, algumas bem sucedidas e outras que comprometeram irreversivelmente o valor dos bens. O envelhecimento dos edifícios modernos e as intervenções que estão sendo feitas colocam uma série de desafios que merecem uma reflexão mais cuidadosa:

- Em primeiro lugar, está a própria atenção que os arquitetos dispensavam à funcionalidade que, conjugada com a rápida obsolescência funcional, traz dificuldades para se encontrar e introduzir novos usos, além de problemas na adaptação aos novos padrões ambientais e de segurança.
- Em segundo lugar, encontra-se a dimensão material do edifício que inclui problemas como o uso de materiais novos sem tradição construtiva, o uso de materiais tradicionais de forma inovadora, a falta de entendimento do desempenho dos materiais a longo prazo, as falhas na construção, os problemas de detalhamento e o uso de materiais fabricados em série.
- Em terceiro, estão os sistemas infra-estruturais (aquecimento, ar condicionado, água, eletricidade, etc), que precisam ser substituídos para que o edifício continue em uso, o que geralmente acarreta problemas de adequação.
- Em quarto, aparece a ausência de uma cultura da manutenção, que afeta diretamente os edifícios modernos, pois o discurso sobre a excelência dos novos materiais gerou a crença de eles durariam eternamente.
- Em quinto, está a dificuldade em aceitar-se a pátina nos edifícios modernos, já que os materiais e superfícies reluzentes das publicações de época fizeram com que os sinais deste envelhecimento não fossem compreendidos como um valor.
- Em sexto, encontram-se os desafios colocados pela conservação de conjuntos habitacionais que não conseguiram acompanhar as transformações sociais como o envelhecimento, enriquecimento e empobrecimento de suas populações.
- Por fim, em sétimo, o reconhecimento e tombamento, que ainda não estão presentes mesmo em países com tradição de arquitetura moderna, devido a uma série de fatores: o fato de avaliar a significância ser algo que requer distância no tempo, a diversidade e escala da arquitetura do século XX, a pouca visibilidade da arquitetura moderna para o grande público entre outros.

Esses desafios remetem-se não apenas às dimensões técnica e material do edifício, mas questionam o próprio arcabouço teórico da conservação. Entretanto, não acreditamos que precisamos de toda uma nova teoria e que nem a conservação da arquitetura moderna deva ser diferente da conservação de obras de um passado mais distante.

A análise desses desafios será referenciada por estudos de casos. As fontes foram os principais seminários e encontros internacionais sobre o tema, registrados em publicações como *Modern Matters* (1996), *Structure and Style* (1998), *Preserving post war heritage* (2001), *Preserving the Recent Past I* (1995) e II (2000), *Curare Il Moderno* (2002), *WHC Papers: Identification and Documentation of Modern Heritage* (2003) e *Architettura e Materiali del Novecento* (2004), além de casos reportados em revistas como *Journal of Architectural Conservation*, *Monuments Historiques*, *Arkos*, *Docomomo Journal* e *APT Bulletin*.

Após elencar estes desafios, o trabalho apresenta a forma como eles tem sido enfrentados no âmbito de uma experiência de capacitação em conservação da arquitetura moderna. Essa experiência foi o *I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna (MARC-AL)*. Uma realização do CECI e do ICCROM, com o apoio do Docomomo-Brasil e da UFPE, o MARC-AL foi a primeira iniciativa de treinamento no campo da conservação da arquitetura moderna na América Latina, Ele teve como objetivo formar uma profissionais capazes de entender os valores da arquitetura moderna, de identificar os problemas relativos à sua

conservação e, consciente das teorias da conservação, e de intervir nesses edifícios, traçando planos de conservação. O curso foi estruturado em cinco módulos, sendo os quatro primeiros ministrados a distância e o quinto um módulo presencial desenvolvido em novembro de 2009 em Recife, com uma viagem de estudos a Belo Horizonte e Brasília.

Palavras chave: conservação da arquitetura moderna, materiais, tombamento.

A evolução das atividades dos escritórios de arquitetura e a prática profissional

Gilberto Belleza

A abordagem dos escritórios de arquitetura sempre teve um papel relegado a segundo plano pelos arquitetos. A necessidade de se atuar numa sociedade em evolução exige dos arquitetos e de seus escritórios um conhecimento da evolução dos escritórios brasileiros e de suas atividades profissionais, perante às necessidades de cada tempo. Será tratada a evolução desde as atividades dos engenheiros arquitetos até os escritórios e ateliers atuais.

Arquitetura em 3 Escalas

Mario Biselli

Apresentação do trabalho recente do escritório Mario Biselli e Artur Katchborian, focando projetos e obras recentes, desde a escala da casa até projetos institucionais de grande porte.

Memória e Esquecimento

Marcelo Ferraz

Os conjuntos tombados e/ou classificados como patrimônio histórico aumentam com o passar do tempo. Novos conceitos e abordagens fazem com que tenhamos "olhos" e interesse voltados para aspectos que merecem atenção, herança de nosso passado recente. Como administrar tudo isso? Como definir o que fazer e o que não fazer em cada situação, na hora de uma intervenção? Pretendo abordar esse dilema dos órgãos de defesa e preservação do PH e da própria sociedade como um todo. O que guardar, o que esquecer? Como guardar? Como, nós arquitetos, podemos atuar nessa seara confusa e interessante do PH, com maior envolvimento político, ultrapassando a área estrita do projeto arquitetônico? Apresentarei tres experiências de intervenção em PH em diferentes contextos, para diferentes usos: O Museu Rodin Bahia, o Museu do Pão, em Ilópolis e o Museu do Pampa, em Jaguarão.

Arquitetura cabocla na RESEX Chico Mendes na Amazônia - um olhar sobre a transição das intervenções

Ana Lúcia Reis Melo Fernandes da Costa

Interessa-nos aqui fazer uma discussão sobre o processo em transição na arquitetura cabocla, não elaborada por arquitetos, e as atuais intervenções por profissionais no ambiente construído na Floresta Amazônica, mais precisamente na Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes, em Xapuri no Acre. Justificaremos esta abordagem apresentando a proposta de pesquisa em andamento financiada pelo FDCT/CNPq que busca entender entre outras coisas as contradições das intervenções.

A ocupação espacial da região do vale do rio Acre, onde se encontra a RESEX Chico Mendes, não difere do processo civilizatório contraditório iniciado no meio do século XIX, com a implantação de núcleos com barracões em madeira, motivada pela exploração sistemática da *Haevea Brasiliensis*, seringueira, árvore responsável pelo fabrico da borracha. Processo ainda não totalmente explicado e definido do ponto de vista urbanístico, mas que aponta para uma desorganizada visão sobre o espaço nativo.

Cidades floresceram a partir de uma intervenção em princípio efêmera, mas as florestas continuam a representar a mais importante fonte de recursos para o desenvolvimento regional, apesar da baixa eficiência de sua utilização. Portanto elas são o meio onde vivem os habitantes rurais da região, que pela dificuldade natural de penetração mantêm-se em isolamento, utilizando de maneira tradicional e aleatória seus recursos. Essa dificuldade se amplia na medida em que não se tem uma visão integrada deste meio.

Paradoxalmente, sabe-se que estes recursos são consumidos em um ciclo seletivo de exploração, viabilizando no curto prazo atividades de segurança alimentar e em médio e longo prazo atividades básicas que por problemas de escala, mercado ou capacidade de suporte do sítio, e principalmente da impossibilidade de visão holística não são visíveis e podem não ser sustentáveis da maneira como estão ainda sendo utilizados.

Por outro lado, a RESEX Chico Mendes tem a construção histórica de ser a primeira reserva pensada com paradigmas defendidos pelo líder ambiental que lhe emprestou o nome, e tem a responsabilidade nacional de atestar tais fundamentos. Na tentativa de minimizar a situação de isolamento do ponto de vista econômico sofre vários processos de intervenções de profissionais que procuram aliar à condição de reserva a modernidade necessária para a sobrevivência no século XXI.

A arquitetura se concretiza, pelo fato de revelar as relações humanas em tessituras sociais delineadas no espaço. A sua transcendência estética, porém também aponta para a sua essência, o espaço tectônico com tendências pragmáticas. Assim ela permanece, falando silenciosamente de um tempo, de um lugar, de uma cultura e conseqüentemente das maneiras de sua sobrevivência.

Entendemos com isso que uma das naturezas da arquitetura é a de transição, mas é preciso ir mais além e buscar, como nos propõe Clifford Geertz¹, mergulhar no âmago das relações para poder entender e perceber nuance e filigranas cotidianas em que uma cultura elabora as suas teias de ocupação espaço/ temporal. Esse exercício já é por si só um ente de modificação, e, portanto também uma contradição, assim torna-se necessária a aplicação de uma metodologia que mantenha certo distanciamento entre a observação e o observado.

A pesquisa em questão se caracteriza pela junção de duas vertentes metodológicas de naturezas diferentes, para minimizar a dificuldade de se obter uma visão integrada da construção espacial na reserva extrativista, levando em consideração o potencial analítico virtual. A primeira vertente diz respeito ao espaço construído propriamente dito levando em consideração os aspectos tradicionais da cultura, e a segunda a botânica, como potencial disponível na reserva.

Seu interesse maior é recompor da maneira mais ampla possível aquele ambiente e oferecer instrumentos quantitativos e qualitativos que possam respaldar ações que favoreçam o uso continuado e/ou aprimorado dos

recursos disponíveis na região. Conhecer o padrão espacial das formações vegetais e a sua função no sucesso do estabelecimento e reprodução das espécies. Assim como conhecer os possíveis padrões da configuração morfológica de uso espacial do ambiente construído.

Sob esse aspecto tem-se como pressuposto que os espaços rurais da RESEX são sintaticamente organizados como os barracões da borracha, portanto podem ser comparados analiticamente com os mesmos. A metodologia, denominada 'anastilose espacial digital', envolve ferramentas como leitura da narrativa do espaço, mapas cognitivos, medição das relações espaciais e fotogrametria e permite fazer tal comparação.

Explica-se que anastilose é um termo utilizado de forma inédita na pesquisa para obtenção do título de doutor, em andamento pela coordenadora do projeto, junto ao Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU – da Universidade Federal de Pernambuco; cuja referência pode ser procurada em duas publicações já realizadas sobre seu desenvolvimento: ANAIS do SAL, Chile, 2007; e nos ANAIS do NAEA, Pará, 2008. É na verdade um neologismo.

Espera-se obter com a recomposição do conjunto do ambiente construído pela população extrativista ali residente aspectos indicativos e norteadores sobre as contradições das intervenções naqueles espaços, tais como o Programa Luz para Todos e o de Assentamento Sustentável do INCRA, que possam tornar visíveis a potencialidade dos recursos encontrados, utilizados e/ou desperdiçados, que estão em perene transição.

Palavras - chave: Arquitetura cabocla, Amazônia, Transição

1 - GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SÓ TÍTULOS:

Tropicalidades versus tecnicidades

Carlos Fernando Pontual

Temporada de caça

Fernando Serapião

Reflexões sobre projetos recentes

Marco Antônio Borsoi

Conceito, instrumento e integração: postulados para o ensino da arquitetura

Luiz Amorim

Educação e cidade

Maria Elisa Baptista

Projeto urbano: algumas tendências para o lugar comum

Milton Botler

A arquitetura na construção da paisagem: uma experiência em Brasília

Paulo Paranhos

Arquitetura e Cultura

Roberto Montezuma